

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS PMMA

SALADIEL DE ALMEIDA SILVA

A FORMAÇÃO NO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES EM SÃO LUÍS-MA:
natureza, impressões e desempenho dos estudantes.

São Luís
2020

SALADIEL DE ALMEIDA SILVA

A FORMAÇÃO NO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES EM SÃO LUIS-MA:

natureza, impressões e desempenho dos estudantes.

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Segurança Pública, Curso do CFO-PM.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Nogueira Gomes

São Luís

2020

SALADIEL DE ALMEIDA SILVA

A FORMAÇÃO NO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES EM SÃO LUIS-MA:

natureza, impressões e desempenho dos estudantes.

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Segurança Pública, Curso do CFO-PM.

Aprovada em: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Marco Antônio Nogueira Gomes (Orientador)
Doutor em Informática na Educação

(1º Examinador)

(2º Examinador)

Aos meus pais, José Paulo da Silva e
Matildes de Almeida Silva.

AGRADECIMENTOS

A Deus todo poderoso por me proporcionar todos os momentos bons da minha vida, paz e amor e ao senhor Jesus, pai e salvador da minha vida, que me reverte de saúde e força para superar as dificuldades que se formaram ao longo da vida e da minha formação pessoal e profissional;

Ao meu pai José Paulo da Silva e minha mãe Matildes de Almeida Silva, por me incentivarem e me darem força em todos os momentos difíceis da minha vida, ensinamentos estes que possibilitarão alcançar os meus sonhos e objetivos.

A Universidade Estadual do Maranhão e seu corpo docente, aos técnicos administrativos e direção, que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, assim como instrutores da APMGD, pela confiança no mérito e comportamento ético aqui presente.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marco Antônio Nogueira Gomes pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A toda equipe de oficiais, praças e professores do Colégio Militar Tiradentes I, por sua cordialidade dispensada a mim durante meu estágio em busca de informações, em especial, ao Diretor Geral da Unidade, o Sr. TC QOPM Brandão por todo apoio que me forneceu nesta jornada.

A minha família, esposa e filhos pelo apoio incondicional e por todo o apoio e compreensão frente as minhas ausências, esse sonho é nosso.

Aos colegas de turma, que juntamente comigo caminharam nessa trajetória árdua, a todos vocês faço meu agradecimento e desejo sucesso e felicidade. E a todos que de forma direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“A “patologia do aprender” não pode ser compreendida como uma “falta” individual, mas como uma confluência de fatores que envolvem o tripé sujeito/família/escola, estabelecendo uma rede ampla de relações sociais.”

Simaia Sampaio

RESUMO

Formação no Colégio Militar Tiradentes. O presente estudo de caráter descritivo tem como objetivo principal, analisar as práticas escolares existentes no Colégio Militar Tiradentes de São Luis-MA com intuito de descrever as ações e representações dos estudantes no que tange ao desempenho no cotidiano do seu fazer pedagógico, concebendo uma análise contextualizada acerca da atuação, acompanhamento e progresso dos seus alunos, estando metodologicamente pautado num enfoque fenomenológico e numa abordagem qualitativa. A sistemática do trabalho está organizada em unidades que divulgam dentre outras coisas, a educação num contexto histórico, a história da educação no Brasil. Enfatiza-se a criação do Colégio Tiradentes no Maranhão, sua estrutura e funcionamento nos principais setores. Demonstra-se a preocupação com a formação de qualidade dos estudantes da escola, suas oportunidades e sucesso nos vestibulares.

Palavras-chave: Educação. Colégio Militar. Escola. Ensino

ABSTRACT

Training at Colégio Militar Tiradentes. The present study of a descriptive character has as main objective, to analyze the existing school practices in the Colégio Militar Tiradentes of São Luis-MA in order to describe the actions and representations of the students with regard to the performance in their daily pedagogical practice, conceiving an analysis contextualized about the performance, monitoring and progress of its students, being methodologically guided by a phenomenological approach and a qualitative approach. The systematic work is organized in units that disseminate, among other things, education in a historical context, the history of education in Brazil. The creation of Colégio Tiradentes in Maranhão is emphasized, as well as its structure and functioning of the main sectors. The concern with the quality training of the school's students, their opportunities and success in the entrance exams is demonstrated.

Keywords: Education. Colégio Militar. School. Teaching

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Componentes do setor pedagógico	45
Quadro 2 – Companhia de Alunos do Ensino Fundamental	51
Quadro 3 – Companhia de Alunos do Ensino Médio	51
Quadro 4 – Medidas de justificação de faltas disciplinares	53
Quadro 5 – Ordem de gravidade das faltas disciplinares	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	EDUCAÇÃO: contexto histórico	15
2.1	Educação na Grécia	15
2.2	Educação em Roma	19
2.3	A Educação Fundamental no mundo	21
2.4	A Educação Infantil no Brasil	23
3	A HISTORIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	27
3.1	Primeira República (1889/1930)	30
3.2	Segunda República (1930/1985)	31
3.3	Nova República (1985)	33
4	CRIAÇÃO DO COLÉGIO MILITAR NO ESTADO DO MARANHÃO	35
4.1	Estrutura do Colégio Militar Tiradentes I	36
5	FUNCIONAMENTO DOS PRINCIPAIS SETORES	39
5.1	Espaço Maker - Robótica	39
5.2	Banda de Música	40
5.3	Sala Multimídia	41
5.4	Biblioteca	41
5.5	Sala de ciência da Natureza	42
5.6	Laboratório de Matemática e Física	42
5.7	Laboratório de Artes	43
5.8	Enfermaria	43
5.9	Setor de Esportes	43
6	SETOR PEDAGÓGICO	45
7	OUTROS AMBIENTES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	48
7.1	Setor da cantina	48
7.2	Curso de Inglês	48
8	ATRIBUIÇÕES DA DIREÇÃO GERAL E DEMAIS COMANDOS	50
8.1	Companhia de Alunos	50
8.2	Primeira seção (P/1)	55
8.3	Terceira seção (P/3)	55
8.4	Quarta seção (P/4)	55

9	CONCLUSÃO	56
	REFERÊNCIAS.....	59
	ANEXOS	61

1 INTRODUÇÃO

A Educação é fator de desenvolvimento da cidadania, que fundamenta e claramente amplia a vivência da democracia de uma nação onde não se pode permitir que a Educação fosse destituída do interesse social; ela deve ser preservada como um bem público.

A concepção que se deseja da escola de hoje está relacionada ao conjunto de ideias e realizações voltadas para a renovação da mentalidade dos educadores e das práticas pedagógicas que permitem uma formação de caráter, com disciplina e respeito a todos os cidadãos por parte dos alunos.

Ter acesso à Educação é um direito de todos e um dever do Estado, que sempre foi marcado por lutas e reviravoltas de todo tipo ao longo da história brasileira.

O presente estudo traz como tema: **A FORMAÇÃO NO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES EM SÃO LUIS-MA**: natureza, impressões e desempenho dos estudantes. O Colégio Militar Tiradentes é uma escola que segue os moldes de formação militar, onde a hierarquia e a disciplina são pilares de toda instituição militar, devendo ser ensinados e desenvolvidos por todos os integrantes de organização militar. Esta escola todos os anos recebe novos alunos e, onde sua formação perpassa por instruções militares que vai sendo aprendida por todos e tornando-os aptos a conviver de forma ordeira e respeitosa em qualquer lugar que se encontrem. Possibilitando instituir os valores morais e éticos em seus convívios sociais.

O Colégio Militar Tiradentes é uma instituição de ensino formal onde o empenho da missão é garantir um ensino de excelência aos dependentes de policiais militares e comunidade em geral através de ações éticas, inovadoras e efetivas, tendo como visão uma Escola Básica de Referência Nacional garantindo através do processo do ensino e da aprendizagem qualidade em suas ações pedagógicas em prol do corpo discente, associando assim valores como: Disciplina, hierarquia, ética, consciência crítica e cidadã, inovação, companheirismo, fé, tolerância, democracia, responsabilidade e compromisso ambiental.

O presente tema em estudo tem sua relevância social no que tange informar sobre as práticas pedagógicas estabelecidas no Colégio Militar Tiradentes. Um dos grandes desafios da escola militar hoje é receber com qualidade estudantes

que guardam características tão distintas, quanto são as suas próprias identidades. No entanto, a diversidade na prática tem sido constituída segundo pressupostos, que fazem com que o sistema educacional organize seus estudantes por grupos normativos rígidos, tendo característica principal dessa organização a idade, ou faixa etária, o que ocorre há bastante tempo no Brasil.

No entanto, conforme publicado pelo Comando da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, na Revista do Clube Militar (2011), esta modalidade de ensino foi introduzida no Brasil ainda no período colonial; com a vinda da Corte Portuguesa, onde uma das grandes preocupações passou a ser a defesa do território. Com isso, havia necessidade de formar oficiais capacitados para liderar homens com autoridade e conhecimento técnico profissional.

Daí a necessidade desta escola que oferta formação tão específica, mas que ao longo dos tempos vem se readaptando a formar crianças e jovens com outros valores de comportamentos, onde não só o cumprimento militar é desenvolvido como também o sucesso em vestibulares, apresentando um comportamento social de respeito e urbanidade devido à disciplina ensina no dia-a-dia da escola.

Percebe-se que o prestígio adquirido pelo Colégio Militar foi um dos fatores que motivaram o Exército a defender a ideia de espalhar uma rede de colégios militares pelo Brasil. Acreditavam os militares que o colégio militar representava para a nação, o caminho ideal para o civismo, a renovação de valores e ampliação da cultura, além de contribuir para dar amparo social aos militares, como ajudar o Brasil a debelar o cancro do analfabetismo.

No que tange a relevância acadêmica este estudo vem desmitificar a natureza e impressões negativas geradas por parte de alguns na sociedade é proporcionar aos pares de formação do CFO-PM melhor compreensão sobre a educação na escola militar.

O objetivo maior deste estudo é analisar as práticas escolares existentes no Colégio Militar Tiradentes de São Luís - MA com intuito de descrever as ações e representações dos estudantes no que tange ao desempenho no cotidiano do seu fazer pedagógico.

Outro motivo interessante para o estudo pode ser mais bem explicado através da origem acerca de um problema universal e, por sua vez tem início mais

precisamente em meados do século XVIII com a Revolução Industrial em que a escola teve seu papel redefinido perante a sociedade.

Naquele momento na sociedade é como se a família abdicasse do seu papel de educadora e passasse toda a responsabilidade para a escola, tida como uma instituição mais preparada para ajudar a formar a sociedade, uma vez que os pais disputavam por espaço e oportunidade em um mercado impulsionado pela indústria e avanços tecnológicos. (SOUSA, 1970).

Trazendo para a atualidade, a relação da sociedade com a educação formal instituída nas escolas deve ser de parceria onde a escola seria a continuidade da educação repassada na família de forma informal, mas com particularidades que promova o bem-estar social no convívio com ordem e respeito.

Com base nisso, foi proposto a seguinte problemática: A formação disponibilizada aos estudantes do Colégio Militar Tiradentes favorece um crescimento intelectual, com desempenho para um bom comportamento e socialização com as pessoas?

Por outro lado, o mais interessante é que esta instituição de ensino é referência na qualidade do processo de ensino e da aprendizagem e na prestação de serviços à comunidade. Logo, a preocupação em investigar a problemática anteriormente citada se transformou em um dos principais objetivos desse trabalho científico.

A qualidade no processo do ensino e da aprendizagem deve ser objetivo de todos (pais, professores e comunidade em geral), pois o aprendiz precisa se sentir apoiado e seguro para descobrir por si mesmo através de todos os conhecimentos ensinados a capacidade que possui para se desenvolver intelectualmente. Nesse sentido, e considerando a realidade aqui pesquisada no Colégio Militar Tiradentes pode-se dizer que os educadores têm plena consciência da importância da família e da comunidade onde vive cada estudante para o processo de formação, bem como, realizar todos os esforços da educação formal na escola, através do viés pedagógico desenvolvido.

O papel da educação informal que nasce na família é importantíssimo na formação de todo ser humano, onde os primeiros passos no trato com a sociedade iniciam-se no seio da família e deve ser dada continuidade na escola com o ensinamento e prática da disciplina demonstrada por todos.

Contudo a presente pesquisa, metodologicamente se sistematizou na elaboração do método de investigação que foram concebidos de acordo com o enfoque fenomenológico e a abordagem qualitativa e, por isso os dados e a análise estão expressos em forma de observações obtidas in loco na prática do estágio supervisionado desenvolvido no colégio.

Quanto à principal pesquisa, a bibliográfica, pode se dizer que esta está entre os pontos mais relevantes deste trabalho, pois através dela foi possível observar, debater e explorar a problemática em estudo e, assim ampliar a compreensão acerca da realidade que se desejou investigar.

A dimensão científica que inclui a pesquisa de campo e a bibliográfica, a busca dos objetivos traçados e a construção de novas fontes de conhecimento são apenas uma das conquistas encontradas nessa monografia. Portanto, vale apenas conferir e se inteirar ao debate e, assim construir o próprio ponto de vista e opinião que por sua vez pode ajudar na construção de novas ideias e soluções para o problema aqui levantado.

A presente monografia esta estruturada com nove unidades principais, sendo que a primeira unidade traz na introdução esclarecimentos aos leitores dos procedimentos adotados no transcurso da pesquisa. A segunda e terceira unidade de leitura fala do contexto histórico da educação no mundo e no Brasil. Na quarta unidade é explicitada a criação e estrutura do colégio Militar Tiradentes e na quinta unidade traz o funcionamento dos principais setores, sendo dado destaque na unidade seis para o setor pedagógico. Finalmente temos a conclusão que vem reafirmar as hipóteses discutidas à luz do texto com propriedade e cotejo dos mais diversos autores.

2 EDUCAÇÃO: contexto histórico

2.1 Educação na Grécia

A história da educação é, hoje, um repositório de muitas histórias interligadas e interagentes, reunidas pelo objeto complexo “educação”, embora colocado sob óticas diversas e diferenciadas na sua trajetória.

Historicamente foi no Egito onde se tem relatos mais antigos e talvez mais ricos sobre todos os aspectos da civilização, que envolve a educação; tudo revelado em pesquisas arqueológicas onde foram descobertas provas de outras civilizações até mais antigas, povos que reconhecem sua origem histórica na antiguidade clássica greco-romana e nas posteriores manifestações cristãs que introduziram nela muitos elementos que demonstraram a possibilidade de um início educacional para a sociedade da época.

No âmbito das civilizações do mundo médio-oriental e mediterrâneo, a Grécia ocupa um papel importante e tem uma identidade política e cultural de nível originalidade e de altíssimo relevo. Alguns teóricos e estudiosos da educação chamam de “milagre grego” para demarcar a diferença entre o mundo grego e o mundo mediterrâneo em geral.

A prova de que a educação está nos povos do Oriente são próprios gregos, que educaram os romanos e reconheceram essa supremacia, que para Manacorda (2010, p. 21), o príncipe de Biblos, na Fenícia, que declarava ao egípcio Venamun no primeiro milênio a.C o seguinte: “Amon fundou todos os países, fundou-os após ter criado primeiramente o Egito. A arte veio de lá, de onde tu vens, até aqui onde eu estou, e a educação veio de lá até aqui onde eu estou”

Também, o filósofo Platão, em uma opinião comum a outros escritores gregos, manifestava sua admiração pela antiga sabedoria egípcia, quando o mesmo reconhecia no deus egípcio “Thoth”, o inventor dos números, do cálculo, da geometria e da astronomia, sem falar do jogo de tabuleiro e dos dados e, enfim, das letras do alfabeto, considerando-o, portanto, o criador de toda atividade intelectual de todos os povos.

Os ensinamentos mais antigos remontam ao período arcaico, eles contêm preceitos morais e comportamentais rigorosamente harmonizados com as estruturas e as conveniências sociais ou, mais diretamente, com o modo de viver próprio das castas dominantes. Observa-se sempre como exemplo os conselhos de pai para

filho e do mestre para o discípulo, insistindo assim na transmissão dessa educação de geração para geração.

A imutabilidade e a autoridade adulta são as características fundamentais desta educação. Os autores destes primeiros ensinamentos fossem eles príncipes ou escribas-funcionários, constituíram uma tradição, tornando-se os clássicos por excelência da literatura egípcia, dado que seus escritos chegaram até nós em muitas coletâneas escolásticas mais recentes.

Manacorda (2010, p. 23), fazendo referência ao acima escrito, ele assim diz mencionando algumas importantes personalidades da época:

Mencionamos Kares, Hergedef (Gedefor), Khety, Neferty, Ptahemgiehuti, Khakheper-ra seneb, Ptahhotep e Imhotep, da qual não nos restou nada: são 'os sábios que prediziam o futuro', pois 'o que saía de suas bocas se realizava e é considerado como um provérbio', isto é, são os autores de uma literatura que poderíamos chamar profética e sapiencial, como aquela que costumamos encontrar na Bíblia.

Nos textos que chegaram até os dias atuais, seus ensinamentos são introduzidos através de um título-sumário e encerrados frequentemente numa moldura narrativa, que nos fornece a ocasião e as circunstâncias em que, o que nos foi ensinado, é testemunha não somente de seus conteúdos e objetivos, mas também a relação pedagógica entre o mestre e o discípulo.

Manacorda (2010, p. 24), escreve de forma cronológica fazendo menção ao ensinamento para Kagemni, como o primeiro, que foi escrito pelo pai vizir do rei Uni, da 3ª dinastia, entre 2654 e 2600 a.C, ele assim diz:

Então o vizir mandou chamar seus filhos [...]. E no fim disse-lhes: Tudo aquilo que escrevi neste livro, ouçam-no assim como o falei. Não negligenciem nada daquilo que foi ordenado. Então eles se prostraram com o ventre no chão e o recitaram em alta voz como estava escrito, e isto foi agradável ao seu coração mais do que qualquer outra coisa no mundo.

O primeiro período intermediário ou Idade feudal, com suas quatro dinastias (7ª a 10ª de 2190 a 2040 a.C) nos deixou autobiografias e ensinamentos que nos mostram quer a continuidade, quer algumas inovações peculiares na educação. Com isso os senhores locais aparecem agora mais independentes do poder régio, e os faraós com maior preocupação em referência a decadência da disciplina social.

Na formação das classes dominantes foi fundamental como elemento da educação, o tirocínio ginástico-militar, podemos observar na autobiografia de Khety,

então governador de Assiut na cidade Heracleopolitana, entre a 9ª e 10ª dinastias (2130-2040 a.C) esse fato realizado. A informação que se conhece é que o rei fez dele um senhor ainda quando criança o colocando como chefe dos jovens da época.

Portanto acredita-se que houve certa mobilidade social, muito embora de acordo com o arbítrio do poder, e numa educação de certa forma institucionalizada, que confiava os jovens a uma pessoa que era profissionalmente exclusiva a eles.

Essa autobiografia é uma informação que trata especialmente sobre a educação física, como exemplo a natação, sendo uma atividade sistematicamente organizada e um dos principais exercícios reservados aos dominantes. Além dessa forma de educação havia ainda os escolhidos do rei que eram educados juntamente com seus filhos, que com isso acabavam sendo conhecidos como filhos do rei.

Observa-se que havia uma forma de educação institucionalizada, tanto intelectual que era o falar bem, como física, citando a educação física com sede no palácio, para os príncipes régios e a jovens nobres. Além disso, havia no palácio uma escola para os não nobres e não destinado aos cargos políticos, o “KAP” ou esconderijo, alguns documentos se referem a KAP e filhos do KAP.

Manacorda (2010, p. 31) destaca o modelo destas escolas que era o mesmo da escola palaciana assim ele relata: “O alto e o Baixo Egito diziam: é como aqueles que são instruídos pelo rei.”

O uso do livro de texto como agora é chamado se tornou cada vez mais freqüente e generalizado, pertence ao início do Médio Império ao período tebano 2133-1786 a.C, o texto clássico do ensinamento sapiencial usado nas escolas, a Kemit ou Suma.

Desse modo, no centro da cultura grega coloca-se a racionalidade, ou seja, aquele uso rigoroso da mente que se desenvolve na direção lógica e crítica e que organiza cada âmbito da experiência humana.

Nesse contexto, Manacorda (2010, p. 35), demonstra a História da Educação destacando um texto de um escriba educando outro escriba ou um filho ensinando o próprio filho, confirmando assim a educação como um fato interno da família:

Ó escriba, forma-te um filho, educando-o de cima abaixo nas letras úteis. Eu também fui educado por meu pai nas letras, úteis, que lhe tinham sido transmitidas [...]. E reparei que, depois que me tornei sábio, comecei a ser louvado [...]. Assim também tu deves criar-te um filho que seja educado nas letras.

Em outros documentos, como em testemunhos em que uma escola se não publica, é coletiva, existe aqui uma demonstração de uma relação educativa privada, de pai para filho ou de escriba para discípulo, provavelmente um pai educa seu filho onde se confirma que a instrução educacional era um fato interno da família, ou um escriba que está formando seu aprendiz que também o considerava como um filho.

Neste período as letras belas, como a literatura não eram e nem seriam as letras uteis. Porém, a preparação, se não fosse para o exercício do poder, com certeza seria para as funções administrativas do governo. Nesta época o escriba não era tanto alguém que se opunha às multidões para aplacá-las, mas alguém que se destacava perante todos os profissionais das demais artes, afirmando assim sua superioridade.

A Grécia demonstrou uma série de inovações que marcarão o destino desse saber no Ocidente, principalmente passando a educação como práxis e como tradição tendo como objetivo a construção de um grande ideal de formação humana com a *Paidéia*.

Quando se fala da Grécia, é necessário que se inicie com palavras destinadas a Homero, reconhecidas como o “Educador de toda a Grécia”, palavras essas de Platão, filósofo que distingue o “dizer” e o “fazer”, que alguns autores colocam como fonte interpretativa de toda a história da educação.

Na concepção de Homero os dois termos não se opõem e que não existem tarefas tanto de quem governa, quanto de quem as produz, e sim que os dois momentos são na verdade ação de quem está momentaneamente no governo.

Como exemplo é citado por Manacorda (2010, p. 59) ainda na obra a História da Educação que:

Os indivíduos das classes dominantes são guerreiros na juventude e políticos na velhice de que é exemplo o velho Nestor, que embora não combata, está sempre presente no campo de batalha, dando conselhos e sendo obedecido (Il. VIII, 81). Platão, teorizando sobre isso, projetará uma educação dos guerreiros, para escolher entre estes aqueles que, na velhice, serão os governantes-filósofos.

A educação também como obra dos deuses aparece, na Odisséia para habilidades não guerreiras, porém mercantis, como exemplo Autólico, que era avô

de Ulisses, visto como “excelente entre os mortais em ladroeiras e perjúrios, foi um deus quem lhe deu esse dom”. (Hermes XIX, 395-396). Porém Autólico não se dedicou à educação.

No período clássico existia na música e na ginástica a base para a educação dos cidadãos em Creta e Esparta, ambas consideradas por muito tempo modelos de política e educação para todos os conservadores gregos. Nessas cidades a educação era entendida como precípua do Estado. Existiam os Centros de Iniciação (thíasoi), que eram femininos, dos quais se tem testemunhos nos carmes de alguns poetas como, Alcman, para os dórios de Esparta e Safo, para os eólios de Samos.

Juntamente a esses Centros existiam as escolas dos filósofos, aquelas especialmente na periferia helênica, da Ásia menor à Magna Grécia. Nasce aqui então a escola de Pitágoras (século VI a.C).

Como princípio básico essa escola entendia que, frente a bens não transmissíveis, como força, saúde, beleza, coragem, e os bens transmissíveis, tais como, os cargos, e a propriedade, que ao serem passados a outrem são perdidos, existe um bem que jamais se pode perdê-lo ao transmiti-lo a alguém que é a Educação. Com isso se vê a importância educacional para o bem de uma sociedade.

2.2 Educação em Roma

Embora Roma mantivesse relações bastante estreitas e dinâmicas com duas fronteiras ao norte a Etrusca e ao sul a Magna Grécia veio elaborando um modelo próprio de civilização, de economia, de Estado, de educação, com características originais e com grande capacidade de expansão.

De acordo com Cambi (1999, p.104) Roma estabelecia uma “[...] campanha de rede que alimentava a cidade e que mantinha com estes intercâmbios constantes de população e de mercadorias. Daí o caráter agrário de toda civilização arcaica de Roma, marcada por uma cultura fortemente tradicionalista.”

Desse modo, Roma entra em contato com outras civilizações abre-se ao conhecimento e assimilação do mundo grego, da sua cultura artística, científica e filosófica, mas também do mundo oriental, principalmente com relação as suas religiões salvíficas e aos seus rituais espetaculares.

A educação na Roma arcaica teve, sobretudo, caráter prático, familiar e civil, destinada a formar em particular os *civis romanus*, superior aos outros povos pela consciência do direito como fundamento da própria “romanidade” e consciente do vínculo que se estabelecia entre os outros povos.

Cambi (1999, p.106) explicita que: “Os *civis romanus* era, porém, formado antes de tudo em família pelo papel central do pai, mas também da mãe, por sua vez menos submissa e menos marginal na vida da família em comparação com a Grécia”.

A mulher em Roma era valorizada, reconhecida como sujeito educativo, sobretudo se viúva, pois tinha a responsabilidade sozinha em educar seus filhos promovendo seu sustento, instrução e crescimento físico e moral.

No campo educativo deve ser sublinhada a concepção do orador, proposto como modelo de cultura e de *humanitas*, a já referida retomada transcrição da noção grega de *Paidéia*, bem como uma série de observações sobre a formação dos jovens, contidas, sobretudo nas suas Cartas.

A retórica prepara, assim, para a oratória e pode ser aprendida mediante curso escolar que se realiza estudando as formas da retórica, mas também a dicção e a pronúncia. Um bom curso de oratória deve realizar-se através da leitura de textos, a composição de discursos e a participação na prática processual, com particular atenção ao estilo.

Através do contato com a cultura grega, Roma também entrou na órbita do helenismo e, sobre aquele complexo modelo de saberes e de artes, organizou sua própria identidade cultural, acolhendo o grego como língua culta e reescrevendo, cultura, os diversos saberes e as diversas artes.

Vale ressaltar que foi a partir do século II a.C. que em Roma também se foram organizando escolas segundo o modelo grego, destinadas a dar uma formação gramatical e retórica, ligada à língua grega.

Quanto aos graus as escolas eram divididas em: elementares com a finalidade de proporcionar a alfabetização primária; secundárias ou de gramática e as escolas de retórica com estudos de textos literários para depois declamar, todas com aprendizagem de reprodução de competências e modelos.

2.3 A Educação Fundamental no mundo

Desde a antiguidade o conceito de educação infantil vem se mostrando um tema pertinente em muitos ambientes onde se discute educação. Historicamente, na Grécia Antiga, mais especificamente na cidade de Esparta, o modo como às crianças espartanas eram vistas e tratadas podiam assustar muitas culturas nos dias atuais, isso porque naquela época os meninos que completavam 7 anos de idade eram obrigados a deixar a família para se dedicarem a uma educação baseada em princípios militares. Assim sendo, essas crianças tinham sua infância interrompida para seguir a tradição do seu povo que se orgulhava por formar mais um guerreiro.

[...] a educação do cidadão espartano era dirigida intensamente para a obediência à autoridade e para aptidão física, fundamentais a um Estado militarizado. Sob essas condições, a debilidade física era inadmissível e as crianças que apresentassem algum indício de doença ou fraqueza eram sacrificadas ao nascer. As demais ficavam com suas famílias até os sete anos de idade, quando então os meninos eram entregues aos cuidados do Estado. (VICENTINO, 1997, p. 66).

Assim sendo, os espartanos viam a criança como um indivíduo capaz de enfrentar a vida adulta era a principal marca da cultura grega que por sua vez ajudava a garantir a genuinidade e hegemonia de seu exército perante as tribos e povos invasores. Desse modo, demoraria muitos séculos para que a sociedade mudasse seu consentimento acerca do papel da criança no meio social e como se pode ver só começou a despertar nos séculos XV e XVI.

Nos séculos XV e XVI, novos modelos educacionais foram criados para responder aos desafios estabelecidos pela maneira como a sociedade europeia então se desenvolvia. O desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas ocorridas no período do Renascimento estimularam o surgimento de novas visões sobre a criança e sobre como ela deveria ser educada. (OLIVEIRA, 2010, p. 59).

A concepção de criança, aquela ao qual se tem na contemporaneidade só começou a amadurecer nos séculos seguintes, mais especificamente na Europa em meados do século XVII apontando a família como entidade primeira e maior na educação integral das crianças. Porém, o cuidado diferenciado para com as crianças ainda era algo a ser discutido, pois estas continuavam sendo vistas como adultos.

Ao longo de muitos séculos, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidas como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e de outras mulheres. Logo após o desmame, a criança pequena era vista como pequeno adulto e, quando atravessava o período de dependência de outros para ter atendidas suas necessidades físicas, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas, em que aprendia o básico para sua integração no meio social. (OLIVEIRA, 2010, p. 58).

Com o surgimento da Revolução Industrial nascem os primeiros traços de mudança com relação à concepção de família, uma vez que o avanço tecnológico e científico aumentava a expectativa de vida das pessoas. Logo, tais avanços permitiram discutir uma nova forma de ver a criança e sua inserção no mundo, porém não como um adulto em miniatura, mas como um indivíduo com necessidades e cuidados específicos.

O avanço das descobertas científicas tornou possível o prolongamento da vida e a diminuição da mortalidade infantil. A partir do século XVII, gradativamente passou-se a admitir a ideia de que a criança era diferente do adulto não apenas fisicamente. Começou-se então a considerá-la como não preparada para a vida, cabendo aos pais, além da garantia da sua sobrevivência, a responsabilidade por sua formação, entendida principalmente como espiritual e moral. Nessa época foi que se iniciou o costume de se enviar crianças às escolas, as quais se ocupavam basicamente com o ensino da religião e da moral e de algumas habilidades, como a leitura e a aritmética. (FONTANA, 1997, p. 7).

A partir do momento que a família começa a enviar seus filhos à escola percebe-se que ocorre uma divisão de papéis com relação à educação infantil, pois essa foi uma forma encontrada pelos pais para deixar seus filhos na escola enquanto trabalhavam nas inúmeras indústrias. Observa por meio disso que tais mudanças foram significativas para a educação infantil e certamente mexeu com a consciência e com a estrutura da sociedade que por sua vez começou a ver a criança como uma criança e não mais como um adulto.

Crianças e adultos já não se misturam. Constituem suas histórias separadamente. Se antes as crianças estavam misturadas com os adultos, e toda reunião para o trabalho, o passeio e o jogo juntavam crianças e adultos, hoje, como desde o fim do século XIX, percebemos a tendência crescente de separar o mundo das crianças do mundo dos adultos. (PEREIRA; SOUZA, 1998, p. 37).

Com o passar das décadas a escola foi se tornando um das mais importantes instituições da sociedade, principalmente por ser considerada a segunda casa de muitas crianças onde estas discutem e aprendem coisas

imprescindíveis a sua vivência no mundo. Como se pode ver a escola passa a integrar um papel que antes era exclusivo da família e, logo passa a influenciar a formação da personalidade das crianças e jovens de uma forma mais direta e determinada. Segundo Gokhale (1980, p. 76): *“A escola aqui é apenas um das instituições, no processo de divisão do trabalho social, assume para si a tarefa de intermediar a coerção que a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas”*.

Portanto, família e escola passam a dividir uma das tarefas mais importantes de uma sociedade que é a de educar e formar cidadãos. No entanto, alguns especialistas no assunto discutem incessantemente a influência de ambas para a educação infantil de qualidade e, acredite não tem encontrado uma solução definitiva para amenizar a problemática que a falta ou negligência de uma destas partes pode provocar na aprendizagem e/ou desenvolvimento da criança. Logo, fica claro que a responsabilidade de educar não pode e não deve ser atribuído a uma das partes envolvidas, mas sim a união de ambas para uma total qualidade da educação infantil.

2.4 A Educação Infantil no Brasil

O Brasil como os demais países que compõe o continente americano foi colonizado por europeus e a prova maior de tudo isso está na influência e na miscigenação cultural que orienta e dá sentido a existência de um povo.

A concepção de criança e mais ainda de educação infantil no Brasil é resultado da luta de outros povos, sendo este um país vítima da exploração e da influência de outros. Mas isso não significa que este país não tenha aprendido a fazer sua própria história, uma vez que o acúmulo de conhecimento que lhes foi doado durante século serviu de orientação e ampliação de novas ideias, sobretudo no campo que rege a educação infantil. Oliveira (2010, p. 91): *“A história da educação infantil em nosso país tem, de certa forma, acompanhado a história dessa área no mundo, havendo, é claro, características que lhe são próprias”*.

A concepção de criança e a educação infantil no país demonstrou um cuidado diferenciado, ou seja, o tratamento para com as crianças mudava dependendo da posição social ou região habitada (zona urbana ou rural).

Até meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil. No meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio social, eram recolhidos nas 'rodas de expostos' existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII. (OLIVEIRA, 2010, p. 91).

O desafio de convencer às autoridades políticas da época de criarem creches e instituições de amparo às crianças abandonadas parecia uma luta em vão, uma vez que as políticas de proteção e amparo infantil ainda estavam longe de se tornarem uma realidade ou instrumento de reivindicação. No entanto, a segunda metade do século XIX, ainda durante o período monárquico foi possível vivenciar muitas transformações que assolaram a sociedade brasileira e algumas destas diz respeito à tutela e educação de crianças abandonadas.

No período precedente à proclamação da República, observam-se iniciativas isoladas de proteção à infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época, com a criação de entidades de amparo. Ademais, a abolição da escravidão no Brasil suscitou, de um lado, novos problemas concernentes ao destino dos filhos de escravos, que já não iriam assumir a condição de seus pais, e, de outro, concorreu para o aumento do abandono de crianças e para a busca de novas soluções para o problema da infância, as quais, na verdade, representam apenas uma 'arte de varrer o problema para debaixo do tapete': criação de creches, asilos e internatos, vistos na época como instituições assemelhadas e destinadas a cuidar das crianças pobres. (OLIVEIRA, 2010, p. 92).

Nesse ponto é possível notar o empenho dos governos para construir creches e entidades especializadas na educação de crianças. Por outro lado, as transformações não pararam por aí, pois após a Proclamação da República e, mais ainda com o nascimento de uma nova constituição federal havia muita coisa para ser feita e outras a serem revistas como, por exemplo, ampliar leis de incentivo a proteção à infância que tinha como principal objetivo atender as reivindicações de educadores e sociedade em geral.

Particulares fundaram em 1899 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que precedeu a criação, em 1919, do Departamento da Criança, iniciativa governamental decorrente de uma preocupação com a saúde pública que acabou por suscitar a ideia de assistência científica à infância. [...] Em 1908, instituiu-se a primeira escola infantil de Belo Horizonte e, em

1909, o primeiro jardim-de-infância municipal do Rio de Janeiro. (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 481).

A fundação dos institutos e órgão competentes de apoio à criança era esperada com grande ansiedade, principalmente por aquelas família menos privilegiadas, uma vez que em uma sociedade rodeada de grandes transformações, principalmente no que se refere a urbanização e a industrialização desenfreada abria espaço para a entrada das mulheres no mercado de trabalho e isso começava a se tornar algo natural e em alguns casos necessário para garantir o sustento dos demais membros da casa.

Até aí tudo bem, o problema é que com a saída da mulher de casa rumo a oferta de emprego remunerado poderia prejudicar a educação e a formação das crianças, uma vez que a história e a sociedade sempre colocaram a família como a maior responsável por desempenhar esse papel. Logo, essa nova estrutura social colocava a mulher em um dilema dos mais difíceis, trabalhar fora de casa ou ficar e cuidar da família seguindo com as tradições.

[...] a urbanização e a industrialização nos centros urbanos maiores, intensificadas no início do século XX, produziram um conjunto de efeitos que modificaram a estrutura familiar tradicional no que se refere ao cuidado dos filhos pequenos. [...] Como a maioria da mão-de-obra masculina estava na lavoura, as fábricas criadas na época tiveram de admitir grande número de mulheres no trabalho. O problema do cuidado de seus filhos enquanto trabalhavam não foi, todavia, considerado pelas indústrias que se estabeleciam, levando as mães operárias a encontrar soluções emergenciais em seus próprios núcleos familiares ou em outras mulheres, que se propunham a cuidar de crianças em troca de dinheiro. (OLIVEIRA, 2010, p. 94-95).

A entrada da mulher no mercado de trabalho era uma confirmação de que a sociedade brasileira estava de certa forma influenciada pelas transformações impostas pelo capitalismo. Apesar disso, a família ainda era considerada indispensável na formação integral das crianças e, por isso mesmo a escola não poderia abrir mão dessa ajuda tão importante. Na concepção de Szymanski (2003, p. 38): “A família se revelou um fator indispensável à educação da criança, [...] sem a colaboração ativa da família, a escola fracassará na sua missão, a importância da família na educação das crianças é mais do que se pode pensar”.

Compreendendo o papel da família e, principalmente da mulher na educação dos filhos pequenos, os sindicatos começaram a pressionar as empresas

e os empresários a garantirem o direito da mãe a um cuidado mais específico com os filhos, além de exigir à construção de creches e outras instituições de apoio às famílias dos operários. Segundo Oliveira (2010, p. 97):

Em 1923, a primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher previa a instalação de creches e salas de amamentação próximas do ambiente de trabalho e estabelecimentos comerciais e indústrias deveriam facilitar a amamentação durante a jornada das empregadas.

A decisão da justiça para uma melhora nas condições de trabalho da mulher foi crucial para a qualidade de vida das famílias que precisavam trabalhar para manter o sustento e a unidade familiar. Logo a aprovação de leis deixava as mães mais satisfeitas com essa nova situação, pois podiam se dedicar a suas funções sem abrir mão do cuidado dos filhos.

Com base nisso, Oliveira (2010, p. 100): “[...] a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, de 1943, que conta com algumas prescrições sobre o atendimento dos filhos das trabalhadoras com o objetivo de facilitar a amamentação durante a jornada”.

Como se pode observar, as leis estavam se tornando cada vez mais concretas e ao mesmo tempo severas, fator este que significava uma vitória dos sindicatos e das milhares de famílias que almejavam um apoio mais decisivo por parte dos governantes e empresários. Outra prova dessas mudanças foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1961 (Lei 4024/61) que aprofundava a perspectiva aprovada desde a criação dos jardins-de-infância: sua inclusão no sistema de ensino.

Portanto, não se pode negar que a luta para ampliar a Educação Infantil no Brasil não tenha sido uma batalha difícil de ser vencida, mas como visto as mudanças e transformações ocorridas na forma de educar e, principalmente na maneira de pensar dessa sociedade comprovam o sentimento de dever cumprido, porém não totalmente cessado, pois compreende que ainda é possível melhorar alguns pontos e quem sabe acrescentar outros que certamente poderá significar um fator positivo para a qualidade da educação infantil em um âmbito geral.

3 A HISTORIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A Educação assumiu importância fundamental na vida das pessoas no mundo atual de aceleradas mudanças e no Brasil não é diferente, a educação constitui, indiscutivelmente, um campo de extrema complexidade política e social em qualquer ambiente. Nesse contexto vale lembrar que, a história da Educação no Brasil remonta com a vinda da Família Real.

Nesta época o Brasil estava submetido à legislação de ensino da metrópole portuguesa, principalmente no ensinamento da Companhia de Jesus, (1540), e contava também com a participação do Colégio de Jesus na cidade de Coimbra no ano de 1542, que na época era o grande centro de formação dos missionários e educadores jesuítas para a propagação da fé e crescimento da Igreja.

Foi o Padre Manoel da Nóbrega que havia desembarcado juntamente com os jesuítas que fundou a escola da Bahia, tendo em seu plano de educação não somente ministrar a catequese e a instrução aos mamelucos e curumins indígenas, mas também visava organizar idêntica série de recolhimentos paralelos, para neles abrigar e educar as pequenas mamelucas e meninas indígenas.

Após observar o plano de Nóbrega, Dom João III, baixou instruções especiais para com a educação dos meninos indígenas. Os adultos catequizados ficavam nas aldeias nas imediações onde residiam os brancos, os menores mais dóceis a uma rápida aculturação, eram residentes dentro de núcleos civilizados em um regime de vida escolar, com os padres jesuítas. Com isso surgiu em nosso país o primeiro esboço para a concretização de uma política educacional.

Sendo o colégio da Bahia, o mais importante da Colônia, pois formava os professores dos demais colégios jesuítas. Porém tratava-se de um sistema educacional que era seletivo e dualista, privilegiando a classe sacerdotal e a elite da administração pública, pois ainda não havia sido criado no Brasil Colônia, um sistema popular de ensino.

De acordo com Matos (1970, p. 37) o ensino da época era da seguinte forma:

O analfabetismo dominava não somente as massas populares e a pequena burguesia, mas estendia-se até a alta nobreza e a família real. Saber ler e escrever era privilégio de poucos, na maioria confinada à classe sacerdotal e na alta administração pública. Em meio a essa densa ignorância,

brilhavam as cidades de Lisboa e Coimbra como os dois principais focos de cultura do reino.

Muitos foram os colégios jesuítas, que se desenvolveram no Brasil Colônia, com destaque para os localizados na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco até pela estrutura econômica de suas regiões. Porém no Estado do Maranhão, Pará, e São Paulo, no século XVII, a educação foi prejudicada pelos frequentes atritos entre os jesuítas e colonos.

Após a expulsão dos jesuítas e a Reforma Pombalina, em 1759, foi desmoronado todo o sistema educacional da Colônia, que perdurou por mais de dois séculos, o qual era comandado pela Companhia de Jesus. Assim encerrava-se um capítulo da história da educação colonial do Brasil.

Porém, com o início da administração do Marques de Pombal, abriu-se um novo período através do Alvará de 28 de junho de 1759. Foi então que pela primeira vez em nossa história reconheceu-se de maneira inequívoca a educação como dever do Estado.

A fase de debates, projetos e reformas no ensino de uma forma geral aconteceu com a Proclamação da Independência e com a fundação do Império do Brasil no ano de 1822, tendo como objetivo principal se reestruturar o sistema educacional, porém sem grandes avanços na educação para o povo. No entanto com a declaração da Independência, foi notável um maior empenho dos constituintes em busca de um desenvolvimento para o ensino das pessoas.

A carta de 1823 tinha em seu projeto que as vilas ou cidades em seu núcleo tivessem uma escola pública, cada comarca um liceu e que fossem estabelecidas em cada local, universidades. O constitucionalismo em 1823, que, presente no projeto de Antônio Carlos se tornou na época um monumento liberal, havia um entendimento da existência de um germe de declaração social de direitos, conforme diz Paulo Bonavides (2013, p. 101):

O projeto prometia escolas primárias em cada termo, ginásio em cada comarca e universidade nos mais apropriados locais, bem como a catequese e civilização dos índios e a emancipação lenta dos negros, pondo assim o dedo na ferida da escravidão, fadada a ser o pesadelo da monarquia. Até o problema do desemprego veio a ser considerado um dos artigos do projeto, que instituía “casas de trabalho para os que não acham empregos”.

No entanto, houve a dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro I, que outorgou a Carta Constitucional de 25 de março de 1824, na qual constava uma limitação em referência à educação pública, onde fazia menção apenas no art. 179 incisos XXXII e XXXIII da então Carta Magna.

A regulamentação do direito previsto no inciso XXXII veio em 15 de outubro de 1827, onde foi criada escolas nas cidades, vilas e lugares menores, escolas essas de primeiras letras contando ainda com as escolas de meninas, nas cidades e vilas com maior população. De acordo com Singh (2013, p. 25):

Tornar a Educação acessível para um número crescente de crianças e adultos vivendo em famílias pobres e analfabetas exige políticas e abordagens legais radicalmente novas no contexto [...], que carrega consigo o perigo de se criar um mercado de conhecimento que exclua os pobres e desprivilegiados.

Contudo a finalidade desses locais de ensino apresentava um ensino da leitura referente à Constituição e História do Brasil, onde continha a escrita, conta geometria prática, gramática da língua nacional, moral e doutrina da religião católica, porém as meninas em respeito a conta deveriam aprender apenas as quatro operações, e em substituição a geometria se resumia em aprender os trabalhos culinários.

No caso do inciso XXXIII que destina ao ensino de belas letras e artes em colégios e universidades, foi votada pela Assembléia Geral e sancionada pelo Imperador D. Pedro I a Carta de Lei de 11 de agosto de 1827, que criou dois cursos jurídicos localizados na cidade de São Paulo-SP e outro na cidade de Olinda-PE, que representou a emancipação da influência de Coimbra, pois com isso a Nação alicerçava uma formação nacional e cultural. Assim dizia a Carta:

Art. 1.º - Criar-se-ão dous Cursos de sciencias jurídicas e sociais, um na cidade de S. Paulo, e outro na de Olinda, e nelles no espaço de cinco annos, e em nove cadeiras, se ensinarão as matérias seguintes:

1.º ANNO

1ª Cadeira. Direito natural, publico, Analyse de Constituição do Império, Direito das gentes, e diplomacia.

2.º ANNO

1ª Cadeira. Continuação das materias do anno antecedente.

2ª Cadeira. Direito publico ecclesiastico.

3.º ANNO

1ª Cadeira. Direito pátrio civil.

2ª Cadeira. Direito pátrio criminal com a theoria do processo criminal.

4.º ANNO

1ª Cadeira. Continuação do direito pátrio civil.

2ª Cadeira. Direito mercantil e marítimo.

5.º ANNO

1ª Cadeira. Economia política.

2ª Cadeira. Theoria e pratica do processo adaptado pelas leis do Império.
(BRASIL, 1827)

Pode-se entender de uma forma geral que a herança do Brasil Colônia e Império foi muito precária em matéria de educação, mesmo se observando que havia um reconhecimento da educação como direito fundamental, na prática não era interesse para a política da escravidão e latifundiária. Mesmo depois da escravidão no ano de 1888, o Estado brasileiro não concedeu o direito à educação, pois se manteve o modelo de ensino seletivo e dualista, onde se privilegiava a educação da sociedade elitizada.

3.1 Primeira República (1889/1930)

Nesse período houve pouco avanço na área educacional, tendo na verdade regredido. No entanto em 1890 foi criado um centro de estudos educacionais para pesquisas, sucedendo-se com isso a criação de várias Faculdades e Escolas superiores.

O texto da Constituição de 1891 inspirou-se no modelo norte americano, porém mais uma vez omisso no tocante a educação, direcionando neste campo apenas a liberdade para o ensino leigo nas escolas públicas, fato esse que se tornou o causador da separação entre a Igreja e o Estado. Vejamos no art. 72 “[...] § 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.” (BRASIL, 1891, p. 38)

É inegável a existência de novas ideias para se renovar a educação introduzindo-a como direito fundamental e a relação com o direito, pois se entendia que com esse entrelaçamento se tornaria mais fácil o seu cumprimento, isto é, com a eficácia de possíveis leis sancionadas para esse fim.

Depois do ano de 1920, houve uma série de reformas e políticas administrativas do ensino, que fizeram acompanhar as novas ideias da área educacional que foram propostas por ilustres educadores tais como: Lourenço Filho, José Augusto, Carneiro Leão, Anísio Teixeira entre outros que sempre se preocuparam com uma educação digna para o nosso povo.

Com os debates frequentes surgiram três fatos preponderantes para a evolução da educação como direito fundamental foram eles: Associação Brasileira

de Educação (1924); o Inquérito realizado pelo jornal o Estado de São Paulo sobre educação que foi levado a efeito por Fernando de Azevedo (1926) e as reformas, educacionais realizadas por vários Estados durante a década de 1920.

3.2 Segunda República (1930/1985)

Uma nova política de educação chegou com uma mentalidade de renovação e revolucionária no ambiente educacional. Com a revolução de 1930, que teve Getúlio Vargas como maior representante, foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública, que teve a frente Francisco de Campos. De 1932 a 1936 houve através do governo uma expansão das redes escolares estaduais e municipais aumentando com isso por mais de um terço as já existentes.

Porém, ainda continuava a supremacia de uma pequena elite que detinha o acesso à educação pública de qualidade, muito embora se tivesse uma democratização do ensino ainda assim permaneceu o dualismo, ou seja, tínhamos a escola dos pobres e a escola dos ricos, que tinha como maior opositor o Educador Anísio Teixeira (1996, p. 22) que assim relatava:

A reforma educacional de 31, no ensino secundário, longe de refletir qualquer ideal democrático, consolida o espírito de nossa organização dualista de privilegiados e desfavorecidos. A escola secundária seria uma escola particular, destinada a ampliar a “classe dos privilegiados”. Nenhum dos seus promotores usa a linguagem nem reflete a doutrina dos educadores democráticos.

Somente na década de 1960, é que surge a primeira lei brasileira que vem estabelecer Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961), que abrange todos os níveis do pré-primário ao ensino superior. Mesmo sendo entendida como ultrapassada por ter demorado tanto a ser aprovada, para a época era avançada em termos de educação.

Apesar de todos os contratempos foi com a promulgação desta Lei que se instituiu o Conselho de Educação tanto na esfera Federal como na Estadual, além de ter proclamado a liberdade do ensino.

Art. 5º, que são assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados. (BRASIL, 1961, p. 1)

A década de 60 foi marcada pela deposição do então Presidente João Goulart, sendo instalado no país um regime autoritário. Infelizmente com esse acontecimento, frearam-se os movimentos pela educação e conquistas populares, muitas das escolas foram invadidas com professores e estudantes presos, sendo controlado pelo sistema todos os ensinos escolares, trazendo com isso um atraso por mais de vinte anos em nossa história educacional.

Com a reforma do ensino fundamental e médio, no início dos anos 70, onde se assistiu em nossa Nação o período mais violento do governo autoritário (militar), ficou difícil realmente aparecerem metas educacionais de fundamental importância para a melhoria da educação, pois não houve quase que discussões com a participação de professores e estudantes, bem como outros segmentos sociais interessados no assunto.

Após estudos realizados por membros do grupo de estudos escolhidos pelo governo da época através do Ministério da Educação, um projeto de lei foi submetido ao Congresso Nacional conforme os termos do Art. 51, parágrafos 2º e 3º da EC nº 1, de 17 de outubro de 1969 sendo aprovado por decurso de prazo.

O setor educacional não permaneceu à margem dos debates e das transformações que ocorrera nos planos políticos, socioeconômico e cultural.

Portanto, o plano de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, veio modificar a estrutura anterior do ensino. O ensino de 1º grau ficou sendo a unificação do primário e ginásio com duração de oito anos. Já o 2º grau se tornou profissionalizante, com isso o aluno só concluía o ensino quando obtinha um diploma de auxiliar técnico (três anos) ou de técnico (quatro anos).

O educador Paulo de Souza (1986, p. 105) comenta assim a referida Lei:

A Lei nº 5.692/71, de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, nasceu de uma enganosa concepção sobre os objetivos desses graus de ensino. Notadamente, no que diz respeito ao 2º Grau. Dois equívocos parecem ter inspirado a adoção dessa obrigatoriedade profissionalizante nesse grau de ensino: primeiro diz respeito à tentativa de desviar parte do alunado do interesse pela universidade, para o endereço do mercado de trabalho; o segundo refere-se a uma suposta demanda explosiva de técnicos por parte da empresa. *A realidade acabou por contrariar ambas as conjecturas.*

O povo brasileiro foi obrigado a participar e assistir a uma década de muitos equívocos e desacertos, assim, houve em todo território um clamor onde se exigiu a revisão da referida Lei. Com o fracasso da reformulação da LDB, que foi

nítido, no ano de 1982, através da Lei nº 7.044, de 18 de outubro, os estabelecimentos de ensino ficaram livres para que oferecessem ou não a habilitação profissional.

Dessa forma com o problema provocado pelo regime autoritário, que pouco caso fez à educação, os debates em relação a abertura política se fez necessário, com isso foi se abrindo espaço e a redemocratização batia as portas da Nação, sendo que já no ano de 1983 com a Emenda Constitucional nº 24/83, foi determinado que a União aplicasse nunca menos de treze por cento, e os Estados, Distrito Federal e Municípios vinte e cinco por cento no mínimo referente aos impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

3.3 Nova República (1985)

Simultaneamente à crise das décadas de 1970 e 1980, a sociedade civil brasileira, por intermédio de várias entidades, mobilizou-se pra a luta pelos direitos à Educação. Com a fase de transição em destaque no cenário nacional, alguns Centros Integrados de Educação motivaram-se e partir de debates, congressos em todo o país. A nova Carta magna de 1988 consolidou de vez formalmente a redemocratização brasileira, pois foram ampliados os direitos civis, políticos e econômicos, sociais e culturais, a maior conquista desses anos foi esta Constituição a de 1988.

Na história da Educação brasileira a Constituição cidadã como ficou conhecida, promoveu o maior salto de qualidade na educação do país, passando a dispor todos os atores da educação de fundamentos e bases constitucionais para o prosseguimento dos esforços com vistas a um sistema público de Educação de qualidade.

O processo de reforma na área da educação, na década de noventa e no início do terceiro milênio, se deu em duas frentes, uma através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no ano de 1996 e a outra, na forma de implementação de legislações educacionais, ou outras legislações não educacionais, política pública educacional, ações afirmativas de educação e participações em conferências mundiais de educação com influência dos organismos internacionais.

No ano de 2005 o governo brasileiro, pela primeira vez na história da educação neste país, foi apresentado uma versão do Anteprojeto da Lei de Educação Superior para, discussões, debates e sugestões da comunidade

acadêmica e da sociedade, onde envolvia professores, técnico administrativo, pesquisadores entre outros segmentos sociais interessados no assunto referente a educação.

No tocante a educação básica, e em especial ao ensino fundamental, mesmo com o empenho do Poder Público para dar a todos o acesso à educação, ainda se faz necessário levar o ensino de forma qualitativa para todos os níveis e em todas as regiões do nosso país, até porque é dever do Estado criar condições para a permanência do aluno na escola pública, com quantidade de professores qualificados para atender uma demanda de ensino com qualidade.

Entende-se então que o Estado Brasileiro tem uma dívida histórica com seu povo, com os professores de uma forma em especial no ensino básico da rede pública, com isso precisamos através do direito buscar uma solução para que chegarmos a uma educação de qualidade, formando assim uma Nação de pessoas intelectuais em todas as camadas sociais.

No início do novo milênio, as sucessivas avaliações educacionais principalmente da Educação Básica lideradas pelos organismos nacionais e internacionais continuavam a mostrar os desacertos da Educação nacional: as políticas em curso, em que pese o mérito de muitas boas ações dos Estados e Municípios demonstrando assim a possibilidade melhoria da qualidade da Educação no Brasil.

4 CRIAÇÃO DO COLÉGIO MILITAR NO ESTADO DO MARANHÃO

O primeiro Colégio Militar do Brasil nasceu, oficialmente no Decreto Imperial Nº 10.202, 09 de março de 1888, com nome de Imperial Colégio Militar da corte (atualmente o tradicional colégio Militar do Rio de Janeiro). Tornou-se realidade o sonho de Duque de Caxias (Luís Alves de Lima e Silva) e do Marquês de Herval (Manoel Luís Osório), a criação de um Colégio destinado aos órfãos de militares tombados nos campos de guerras o Paraguai. O empreendimento contou com apoio incansável de Tomas José Coelho de Almeida, ministro da pasta da guerra na época. A visão de estadista e educador militar de Duque de Caxias, que recebeu, na historiografia clássica, o título de patrono do Exército Brasileiro, daria origem a outros estabelecimentos congêneres.

Assim como o Duque de Caxias, o Senhor Coronel Antônio Pinheiro Filho – Comandante Geral da PMMA, à época – vislumbrou a criação de um colégio militar que pudesse atender com educação de qualidade os dependentes dos policiais militares, para tanto, designou o Major QOPM José **Ribamar** Costa para planejar e implantar a escola. De posse da missão organizou sua equipe formada pelo então Cap. QOPM Pedro Augusto Lima **Brandão**, Subtenente Cleres de Sousa Andrade, SGT PM Denílson de Jesus Abreu e SGT PM Tania Regina de Araújo Ribeiro, todos envolvidos na missão de criar uma escola militar no Estado do Maranhão.

Em 28 de novembro de 2006, foi criado o primeiro Colégio Militar no Estado do Maranhão, cujo nome seria Colégio Militar Tiradentes I, no município de São Luís, localizado no bairro da Vila Palmeira, próximo ao DETRAN, sobre a Direção Geral do então Major QOPM José de **Ribamar** Costa, e do Diretor Adjunto Cap. QOPM Augusto Lima **Brandão**.

Foi criado através da Lei nº 8.509 de 28/11/2006, com o objetivo de proporcionar educação de qualidade aos filhos e dependentes dos policiais militares, bem como a toda sociedade maranhense. Foram incorporados a sua estrutura os alunos e funcionários do Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio do Estado do Maranhão, situado à Rua do CEMA, s/n- Vila Palmeira.

Atualmente, o colégio encontra-se localizado na Rua do Arame S/N – Vila Palmeira, antigo prédio do Colégio Universitário – COLUN, o colégio recebeu seu nome em homenagem ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”,

dentista e militar que atuou no Brasil colonial, mais especificamente nas capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No Brasil, é reconhecido como mártir da Inconfidência Mineira, patrono cívico do Brasil, patrono também das Polícias Militares dos Estados e herói nacional. O Colégio Militar Tiradentes tem por missão ministrar o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e o Ensino Médio da 1ª à 3ª série, que hoje se enquadram nos níveis qualificados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) como Educação Básica.

Os pais que optam pelo colégio militar para realizar a educação de seus filhos desejam que estes absorvam a cultura, a tradição e o modo de fazer e de agir de um ambiente hierarquizado e disciplinado.

O Colégio Militar Tiradentes possui uma estrutura diferente dos demais colégios da rede pública ou particular do Estado do Maranhão, seguindo as diretrizes das Polícias Militares ou Forças Armadas, assim como outros Colégios Militares da federação, sem com isso modificar a estrutura curricular estabelecida pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

A coordenação das atividades diárias é efetivada pelo serviço de monitoria, havendo um monitor em cada série, orientando e acompanhando o desenvolvimento dos alunos, em seu crescimento gradual e individual nas disciplinas ministradas.

O Colégio Militar Tiradentes I, o primeiro colégio militar do Estado do Maranhão, no município de São Luís, e devido o excelente desempenho dos alunos e exemplo em comportamento social e familiar, foi exemplo para a criação de outras escolas nos mais diversos municípios do Estado do Maranhão sendo uma realidade nos Municípios de Imperatriz no ano de 2010, Colégio Militar Tiradentes II, Bacabal em 2012, CMT III, Caxias em 2016, CMT IV, Timon em 2017, CMT V, no mesmo ano mais recentemente, no município de São José de Ribamar CMT VI, em parceria com o município contribuindo dessa forma para o crescimento dos índices educacionais dessas regiões e de todo o Estado.

4.1 Estrutura do Colégio Militar Tiradentes I

O CMT I conta com 03(três) diretorias sendo uma Pedagógica, outra Administrativa e uma companhia de alunos; 03 (três) seções administrativas (P/1, P/3 e P/4); e possui quadro de funcionários de aproximadamente 149 (cento e

quarenta e nove), sendo 37 (trinta e sete) militares e 112 (cento e doze) civis. Profissionais distribuídos nas funções de direção, coordenação, docência, monitoria, apoio administrativo, enfermagem, serviços gerais e vigilância.

Em 2014, o Colégio Militar Tiradentes recebeu da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) um novo prédio, bem mais estruturado, com todas as salas de aula e demais dependências climatizadas, possibilitando o desenvolvimento de ações estruturantes no campo pedagógico e administrativo. Contamos, hoje, com a seguinte estrutura: 21 (vinte e uma) salas de aula, 01 (um) refeitório com acomodação para 200 (duzentos) alunos, 01(uma) cozinha semi-industrial, 01(um) auditório com 168(cento e sessenta e oito) lugares, 01(uma) sala de multimeios, 01(uma) biblioteca ampla para cinquenta pessoas, 04(quatro) banheiros masculinos e femininos, 01(uma) secretaria, 01(um) almoxarifado, 01(um) espaço maker, 01(um) laboratório de ciências da natureza, 01(um) laboratório de arte, 01(um) laboratório de línguas e 01(um) laboratório de matemática/física, 01(uma) sala de professores com capacidade para 50 (cinquenta) docentes, 01(uma) cantina, 01(sala) para prática de arte marciais, 01(uma) sala da coordenação dos profissionais de educação física e 02 (duas) quadras — uma das quais, poliesportiva — para a prática de esportes.

A Educação Física tem um valor especial como disciplina curricular, tal disciplina, além de conteúdos teóricos ministrados de forma dinâmica no ambiente das salas de aulas, atendendo assim às diretrizes propostas pelo Ministério da Educação, ainda é reforçada nas escolinhas de esporte, que não visam somente ao lazer, mas, principalmente, ao condicionamento físico e às práticas desportivas, visto que dispomos de várias modalidades para atender aos alunos.

A Ordem Unida Militar é uma disciplina que exercita o senso Coletivo preparando o aluno para as solenidades cívico-militares e para a organização das atividades coletivas. Outras disciplinas extracurriculares ministradas, tais como educação para Cidadania e Prevenção Contra Uso de Drogas, têm por finalidade levar aos nossos alunos conhecimentos para a formação da cidadania.

A Direção Pedagógica é o setor do Colégio Militar Tiradentes responsável pelo acompanhamento pedagógico dos supervisores, professores e alunos, desta forma, busca desenvolver ações pedagógicas que fortaleçam o segmento de profissionais da educação para que possam contribuir de forma mais relevante com a práxis educacional exercida no ambiente escolar.

Portanto sabendo que a educação é um direito constitucional e que os colégios militares da PMMA, assim como os de outros estados, sejam das Forças Armadas, sejam das Forças Auxiliares, administram essas instituições convergindo esforços para que os alunos tenham sucesso em seus objetivos, oferecendo gestores comprometidos, professores qualificados e estrutura física adequada ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e esportivas.

Atualmente, o colégio possui 1.445 alunos matriculados, sendo 700 alunos do Ensino Fundamental II, no turno matutino e 745 alunos no Ensino Médio funcionando no turno vespertino.

Outro aspecto relevante do processo do ensino e da aprendizagem sofre influências de Vygotsky teórico que afirmou através de sua teoria que as características humanas são resultados das relações homem e sociedade, pois quando o homem transforma o meio na busca de atender suas necessidades básicas, ele transforma-se a si mesmo.

A escola se torna importante a partir do momento que dentro dela o ensino foi sistematizado em atividades diferenciadas das extraescolares e lá a criança aprende a ler, escrever, obtém domínio de cálculos, entre outros aprendizados e assim expande seus conhecimentos.

A prática pedagógica do Colégio Militar Tiradentes I é estar atento aos alunos, valorizar seus conhecimentos prévios, trabalhar a partir deles, estimular as potencialidades dando possibilidade do aluno superar suas capacidades e ir além do seu desenvolvimento e aprendizado.

5 FUNCIONAMENTO DOS PRINCIPAIS SETORES

É importante apresentar que todas as informações abaixo relatadas foram conseguidas a partir da disciplina, estágio curricular supervisionado IV, obrigatória do Curso Superior do CFO-PM da UEMA, onde o pesquisador na oportunidade passou por todos os setores do Colégio Militar Tiradentes I, identificando cada atividade e ações desenvolvidas por todos os membros atores do processo de ensino e da aprendizagem.

A partir desta pesquisa, certamente, teve-se uma visão real das estruturas da organização militar e de como cada um de seus integrantes deve agir. Vale lembrar que o principal documento lido e estudado foi o Estatuto dos Militares que regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das forças armadas, conforme seu artigo 1º, mas serve de parâmetro para as outras instituições militares.

A Polícia Militar do Maranhão possui seu próprio Estatuto, mas como força auxiliar do exército, segue alguns princípios estabelecidos na Lei Nº 6.880 de 9 de dezembro de 1988, e, por conseguinte, o Colégio Militar Tiradentes I segue esses mesmo princípios.

Neste contexto, o presente estágio curricular supervisionado IV decorreu num período de 30 dias, sendo iniciado no dia 10 de Fevereiro de 2020 e terminando no dia 10 de Março de 2020, o que nos oportunizou obter dados para que este trabalho pudesse ser concluído com informações reais e atualizados onde serão explicitados nos itens abaixo.

5.1 Espaço Maker - Robótica

O “Espaço Maker” foi o primeiro passo para desenvolver nos alunos as habilidades exigidas pelo mundo contemporâneo.

É um setor coordenado pelo Professor Sostenes, onde dispõe de uma sala ampla e com estrutura bem equipada com equipamentos modernos que auxiliam na criação dos projetos a ser realizados na própria escola, como uma impressora 3D, por exemplo, que fabrica peças para serem utilizadas posteriormente em seus projetos.

Sua finalidade é preparar os alunos para as novas profissões que vem surgindo no mercado na área da tecnologia, onde os participantes tem uma vasta noção de programação tanto na teoria como na prática.

O projeto atualmente possui 36 (trinta e seis) alunos entre o 6^a e 3^a ano do ensino médio, no total de 40 (quarenta) pessoas, onde são destinadas 4 (quatro) vagas para alunos de Escolas da comunidade.

É importante frisar que este projeto foi criado em 2019 e já participou de alguns torneios de robótica, como OBR (Olimpíada Brasileira de Robótica), onde há uma pretensão ainda este ano de participar do FIRA, que se trata de um torneio internacional que este ano será realizado no Brasil, onde as equipes passam por uma seletiva estadual e posteriormente nacional.

A equipe de robótica do Colégio Militar Tiradentes I, em suas participações tem logrado exceder em algumas competições, sendo 2º e 4º lugar em planejamento de robótica no nível fundamental de ensino.

Sendo tais projetos até então realizados e executados pelas equipes de robótica das respectivas series.

- ✓ Viagem ao centro da terra – 3º ano
- ✓ Responde, passa ou paga? 6º e 7º ano
- ✓ Penalidade máxima – 9º ano, por meio de App de celular.

É um grande desafio para os estudantes que de forma entusiástica participam com dedicação em cada projeto e se preparam para um futuro engenheiro da área de tecnologia, inteligência artificial e robótica.

5.2 Banda de Música

A Banda de Música do Colégio Militar Tiradentes I, foi criada em 15 de maio de 2007 com o objetivo de representar a escola nas solenidades cívico-cultural, além de desenvolver nos alunos a aptidão musical como parte integrante da formação do indivíduo, fortalecendo a ideia de que a música faz parte da cultura e atinge direta e indiretamente a todos. A mesma é formada por alunos do ensino fundamental e alunos do ensino médio totalizando 50(cinquenta) alunos. Regida na época pelo então Mestre Carlos Cézar Santos Alves, sendo que a escola possui vários instrumentos musicais entre eles: trompete, clarinete, sax alto, trombone, trompa, bumbo, pratos, etc.

Os alunos que são selecionados para compor a banda são aqueles que demonstram interesse de participar das aulas de música e que tem alguma afinidade com equipamentos musicais e procuram a coordenação para ingressar.

Mesmo hoje estando à banda de música desativada, no ano de 2019 foram adquiridos novos instrumentos na intenção de reativá-la novamente, mesmo com a dificuldade de se conseguir um maestro para ensinar e reger os alunos, está sendo tomadas as devidas providencias para que seja reativado novamente o projeto da banda de música do Colégio Militar Tiradentes I.

5.3 Sala Multimídia

O Colégio Militar Tiradentes I, dispõe de recursos audiovisuais onde disponibiliza uma sala bastante ampla e equipada com equipamentos de áudio e vídeo de primeira linha, com o objetivo de facilitar o aprendizado por meio de aulas mais dinâmicas, mostrando o passo a passo para os alunos iniciantes por meio desses equipamentos, trazendo pontos como:

- ✓ Noções de ordem unida, sendo utilizada para cântico do hino, vídeos, etc.
- ✓ Tem a capacidade para 100 alunos.
- ✓ Utilizadas também para as aulas do cursinho de pré-vestibular, Curso preparatório oferecido aos alunos da 3ª série do Ensino Médio e à comunidade, visando melhor prepará-los para ingressar nas instituições de ensino superior, bem como no mercado de trabalho.

5.4 Biblioteca

Setor responsável pela seleção dos materiais, organização, divulgação e empréstimo dos livros e outros tipos de documentos com a finalidade é auxiliar os alunos do Colégio Militar Tiradentes I, na realização de suas pesquisas escolares e incentivar e apoiar as atividades de leitura informativa e recreativa, bem como servir ao corpo docente e sessões administrativas com informações atualizadas. O CMT I dispõe de um espaço amplo que suporta 45 (quarenta e cinco) usuários.

Esse espaço é composto hoje por duas servidoras, também com duas auxiliares, sendo estas auxiliares voluntaria na escola, onde suas funções são manter o controle de entrada e saída dos alunos assim como anotações de cautelas

dos livros que são levados pelos mesmos, sendo que este poderá ficar de posse do material cautelado até 7 (sete) dias, onde deverá devolvê-lo na biblioteca.

Os estudantes possuem uma carteirinha onde é registrada a presença e todo esse processo de controle do material cautelado (emprestado) pelo mesmo.

Na biblioteca há um acervo de livros de diversos conhecimentos, como literatura, didático e informativo, para que os estudantes tenha oportunidade de ler bons materiais na biblioteca. Para tanto, também tem sido feito campanha constante de doação de livros para ampliar o acervo da biblioteca.

A biblioteca é um espaço de grande importância no sentido de apoio ao processo de ensino e da aprendizagem dos alunos, pois no Colégio Tiradentes I ler e escrever são de fundamental importância para o sucesso de todo estudante.

5.5 Sala de ciência da Natureza

Trata-se de um espaço para experimentos de química e biologia, onde são feitas verificações de materiais e reações químicas.

A sala dispõe de um amplo espaço, onde são guardados matérias de vidraria, que são feitas análise e amostras dos mesmos, tem capacidade para 40 (quarenta) alunos.

O coordenador desse setor é o professor Denílson (Química), segundo ele é necessário a contratação de pessoas responsável para tomar de conta do laboratório para que haja: limpeza, catalogação e fiscalização.

A finalidade desse projeto, é proporcionar conhecimento por meio da pratica, facilitando a compreensão através do estudo de materiais pesquisados, salientado que os alunos que fazem parte desse projeto foram campeões de lançamento da Mostra Brasileira de Foguetes, realizada na cidade de Barra do Piraí (RJ) em 2018, e o CMT I classificou-se para a mesma mostra em 2019.

5.6 Laboratório de Matemática e Física

Projeto desenvolvido nas disciplinas de matemática e física, que envolve os alunos da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e, também, os alunos do 1º ano do Ensino Médio, com o propósito de resgatar o aproveitamento intelectual dos alunos com baixo índice de aproveitamento escolar, dispõe de uma sala bem ampla

que tem capacidade para 60 (sessenta) alunos, sendo que atualmente este projeto se encontra desativado.

5.7 Laboratório de Artes

Este projeto é coordenado pela professora de artes da escola, onde dispõe de uma sala espaçosa, que suporta em média 60(sessenta) alunos, onde também serve como sala de apoio do pré-vestibular.

Existe um projeto de teatro ao qual está disponível para aqueles alunos que demonstrarem interesse pela arte e desejam atuar e apresentar seu talento.

O Colégio Tiradentes I em sua excelência não perde de vista uma formação que possa ampliar os horizontes de seus alunos no futuro, daí desenvolver uma série de projetos em diversos espaços para concretização desta preparação de cada aluno a partir de seu desejo e competência em aprender.

5.8 Enfermaria

A enfermaria existe é formada por uma equipe de profissionais, onde são divididas em turnos diferentes, as quais são formadas por: Uma enfermeira, uma técnica de enfermagem e uma auxiliar. Toda equipe sempre de prontidão para desenvolver suas competências em momentos de necessidades e encaminhamentos.

Realizam o primeiro atendimento aos alunos, quando se trata de algum mal súbito de pequena complexidade, dispõe de uma sala própria e equipada com produtos de primeiros socorros, sendo que, quando se trata de algo mais grave, este aluno é encaminhado para um atendimento médico especializado, onde será levado pela viatura que a escola dispõe para assim servir também em casos de emergência dessa natureza.

5.9 Setor de Esportes

Trata-se de um projeto supervisionado pelo coordenador de esporte Prof^o. de educação física Jackson e sua equipe de professores, sendo cada uma em sua modalidade específica. Os professores são: Marcelo, Gustavo, Davi, Gabriel, Moraes, Paulo, Mario, Sandro, Dwyane, Patrício e Fernando, que compõe o quadro de treinadores.

Esse projeto existe ao longo da fundação da escola, com diversas modalidades esportivas, atletismo, basquete, vôlei, futsal, judô, jiu-jitsu, karatê que hoje não faz mais parte das modalidades e as que foram implementadas recentemente, a luta olímpica e ginástica rítmica.

Todos os anos, abre as inscrições, onde, mediante a autorização dos pais os alunos podem (se forem autorizados), participará das modalidades esportivas, tendo para isso que fazer o preenchimento de formulário, dependendo da modalidade é feito uma peneira para seleção dos alunos de melhor potencial.

O esporte iniciou no dia 13 de Fevereiro de 2020, onde aquele interessado por praticar determinada modalidade, já poderá encaminha a ficha para seus responsáveis para a devida autorização.

O judô dispõe de uma sala individual para treinamento que chega a suportar em torno de aproximadamente 20 a 25 alunos, onde prepara aquele que tem afinidade para lutar, e assim participarem de futuras competições.

A equipe de judô do Colégio Militar Tiradentes I, ao logo de sua trajetória tem logrado êxito em diversas competições a níveis: Regionais, Estaduais e Nacionais.

O Projeto de Judô do CMT I, no logo de sua trajetória tem gerado grandes competidores que por seu desempenho e dedicação tem tido bastante sucesso nas competições por onde passam, conquistando assim diversas medalhas.

Assim também, o futsal, atletismo e as demais modalidades esportivas praticadas no CMT I, estão no rol de medalhas e participações nos diferentes níveis de competições.

As modalidades treinadas pelos alunos que participam do esporte são feitas no contra turno de suas aulas e três vezes por semana, não atrapalhando as aulas teóricas e muito menos as avaliações.

6 SETOR PEDAGÓGICO

A direção Pedagógica é o setor do Colégio Militar Tiradentes I responsável pelo acompanhamento pedagógico dos supervisores, professores e alunos, desta forma, busca desenvolver ações pedagógicas que fortaleçam o segmento de profissionais da educação para que possam contribuir de forma mais relevante com a prática educacional exercida no ambiente escolar.

Portanto sabendo que a educação é um direito constitucional e que os colégios militares da PMMA, assim como os de outros estados, sejam das Forças Armadas, sejam das Forças Auxiliares, administram essas instituições convergindo gestores comprometidos, professores qualificados e estrutura física adequada ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Este setor além de trabalhar com os docentes, discentes e a família, faz todo um planejamento dispondo para cada ano uma supervisora que é uma espécie de coordenadora pedagógica, adequando as orientações da SEDC, com a rotina militar, diferente das escolas tradicionais, onde as questões relacionadas à disciplina ficam a cargo da monitoria.

Quadro 1 – Componentes do setor pedagógico

Prof.	Diretora Pedagógica	Yéda Sá Malta
Prof.	Dir. Adjunta	Núbia G. Azevedo
Sgt. PM	Sup. Pedagógica	R/R Silva
Cb. PM	Sup. Pedagógica	Edileide
Cb.PM	Sup. Pedagógica	Lusinete
Sd. PM	Sup. Pedagógica	Gleyciane
Prof.	Sup. Pedagógica	Ligia
Prof.	Sup. Pedagógica	Samara Rachel
Prof.	Sup. Pedagógica	Maria José
Prof.	Sup. Pedagógica	Fernanda
Prof.	Sup. Pedagógica	Monice
Prof.	Sup. Pedagógica	Gislane Braga

Fonte: pesquisa de campo.

São os membros que pensam uma escola de excelência, responsáveis pela orientação de alunos, currículo, avaliação e planejamento com professores, responsável pelo acompanhamento dos mesmos no que desrespeito a área de atuação e todos os documentos que fazem parte do quadro da SEDUC, anteriormente CEFEM, que foram absorvidos pelo CMT I.

O ano letivo 2020 inicia com muitas informações pedagógicas sendo renovados no Colégio Militar Tiradentes I em virtude da implementação do novo Ensino Médio que está sendo implantado na 1ª série e traz a inserção de novos componentes curriculares, a citar: disciplinas eletivas, projetos de vida e cursos profissionalizantes de Formação Inicial Continuada (FIC).

Esta direção pedagógica aguça o seu olhar em relação à Educação 4.0 que no seu bojo traz a linguagem computacional, a Internet das Coisas, Inteligência Artificial, os robôs e muitas outras tecnologias que se somam para dinamizar os processos de aprendizagem.

Tudo isso conduz a redefinição do desenho pedagógico e faz com que ocorra a reestruturação curricular no uso de novas tecnologias e novas metodologias a favor da educação nesta instituição de ensino. Buscando, assim, atender as demandas de alunos oriundos de uma geração conectada.

Destaca-se que o CMT I trabalha com uma proposta de educação diferenciada, que prioriza a inserção dos estudos teóricos com a experiência prática, assim como a realização de projetos que se coadunam com a cultura Maker. Além disso, no exercício da ação pedagógica nesta escola há uma valorização da criatividade, interdisciplinaridade, utilização de ferramentas tecnológicas na sala de aula e busca de implantação e implementação de ambiente inovador.

São responsáveis pela confecção de certificados e todos os documentos direcionados ao setor pedagógico, os quais fazem parte do quadro da SEDUC, anteriormente CEFEM, e que foram absorvidos pelo CMT I.

A escola dispõe de um único psicólogo Ten. QOSPM Belfort, para o serviço de orientação educacional, realizando palestras, atendimento psicológico aos alunos que apresentam problema cotidiano, familiar ou escolar com a finalidade de realizar ações preventivas e orientá-los e de acompanhamento, se detectado algum desvio de comportamento mais grave, será feita uma avaliação nesse aluno e será direcionado caso for necessário para o CIAMS ou mais direcionado.

A escola tem tido uma aceitação por parte da comunidade, e desde o início tem sido bastante procurada.

Outro aspecto que merece destaque é a influência direta de Vygotsky como método adotado para as relações de desenvolvimento e aprendizagem dentro da escola. Onde é entendido que a aprendizagem é um processo contínuo e a educação é caracterizada pelos saltos qualitativos de um nível de aprendizagem a outro. Tendo em vista que a escola se torna importante a partir do momento que dentro dela o ensino é sistematizado e as atividades extraclasse são diferenciadas mais tudo com intuito de expandir os conhecimentos dos estudantes.

O Colégio Tiradentes I está atenta ao aluno, valoriza seus conhecimentos prévios, trabalha a partir deles, estimula as suas potencialidades dando possibilidades de este aluno superar suas capacidades de ir além do seu bom desempenho nas notas, mas garantir um futuro promissor e de alta performance.

7 OUTROS AMBIENTES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

7.1 Setor da cantina

O setor da cantina funciona no período matutino e vespertino, tendo 5 (cinco) funcionários por turnos, onde são responsáveis por toda a preparação da refeição servida para os alunos, assim como o almoço que é servido para os professores e funcionários que ficam nos dois turnos.

O cardápio é feito pela equipe de nutricionistas da SEDUC, onde segundo a responsável pela preparação das refeições há uma dieta estudada e preparada para que supra as necessidades dos alunos.

A cantina dispõe de um refeitório amplo e bem arejado o qual comporta todos os alunos por turmas que são coordenados pelos monitores, na ausência do mesmo fica sob responsabilidade do chefe de turma, esse coloca todos os alunos por pelotões na formação de coluna por um observando-se ordem e disciplina para o ingresso e saída do refeitório.

7.2 Curso de Inglês

O curso de Inglês do Colégio Militar Tiradentes I, teve início no ano de 2015, tem sua parceria com a UFMA, que se trata de um projeto de extensão idealizado pela professora Nayara Sales diretora geral, tem como suas coordenadoras Rosana Salgado e Aline Castro.

O curso é dividido por turmas e níveis de idade e aberto não só mente para a escola, mas também para comunidade, funciona com módulos semestrais sendo divididos em: Básico, Intermediário e Avançado.

A primeira turma formada no curso de Inglês do CMT I em 2019 foram 17 formados, geralmente a turma é formada com aproximadamente 25 alunos, sendo que os alunos advindos de outras escolas passam por uma avaliação para saber seu nível de aprendizado. Esse projeto de extensão da Universidade Federal do Maranhão dispõe de seus professores ministrando aulas na segunda, quarta, sexta e aos sábados, sendo cobrado taxa no valor de 250,00 (reais), os materiais didáticos disponibilizados aos alunos e de acordo com seu nível.

Essas mensalidades cobradas no curso e repassadas para a contabilidade da escola tem a finalidade de compra de novos materiais de uso contínuo.

O curso recebe alunos a partir dos 9 (nove) anos de idade, até turmas formadas por adultos, atualmente existem 18 (dezoito) turmas formadas, onde o nível básico é o mais procurado para matrículas.

8 ATRIBUIÇÕES DA DIREÇÃO GERAL E DEMAIS COMANDOS

Colégio Militar Tiradentes I, Comandado atualmente pelo então Ten. Cel. QOPM Pedro Augusto Lima **Brandão**, que responde pelo planejamento, execução, controle e avaliação de todos os serviços oferecidos pela escola, bem como, a estrutura e a organização do colégio aplicando nossa filosofia e missão.

Cabe também ao Comandante o apoio a todos os setores para o aprimoramento e manutenção da qualidade dos serviços, desenvolvendo programas, projetos e promovendo reuniões ordinárias e extraordinárias quando necessárias. Todos os demais segmentos se subordinam hierarquicamente a seu comando.

Segundo o comandante, o foco, a boa vontade e a persistência estão entre os principais valores para manter os padrões acadêmicos do CMT I. Todavia, acredita-se que sempre há possibilidade de se fazer mais.

Assim, além de dominar o currículo, o aluno precisa saber lidar com pessoas de forma colaborativa, desenvolver competências socioeconômicas, participar de projetos interdisciplinares, desenvolver habilidades digitais e empreendedorismo.

Busca-se aperfeiçoar cada vez mais as propostas pedagógicas sintonizando-as com a contemporaneidade, e mantendo-as como pilares da nossa identidade, disciplina, honra e respeito.

8.1 Companhia de Alunos

Coordenam as formaturas rotineiras e especiais, localização do aluno no pátio interno, disciplina, fardamento, atrasos, permissões para entrar no colégio, monitores. Acompanha, fiscaliza, monitora e coordena as séries nas atividades curriculares e extracurriculares, comunicação aos pais, professores e alunos nas questões disciplinares, controla a frequência dos alunos às aulas. Coordena as atividades escolares seguindo os princípios de instrução Militar que regem a filosofia do colégio. Tem seu funcionamento na monitoria a qual é uma subseção ligada ao comando do corpo de alunos, cabendo a esta fiscalizar a apresentação pessoal dos alunos na formatura, controla a frequência do aluno nas aulas de instrução militar, auxilia o professor na questão disciplinar, auxilia também atividades extraclasse. É o elo entre aluno e a Coordenação de ensino

Quadro 2 – Companhia de Alunos do Ensino Fundamental

CMT. Companhia de Aluno	Ten. QOA PM	R/R Eider
Monitora	Sgt. PM	Claudemira
Monitor	Cb. PM	Viegas
Monitor	Sd. PM	Djailton
Monitor	Sd. PM	Ferreira

Fonte: pesquisa de campo

Quadro 3 – Companhia de Alunos do Ensino Médio

CMT. Companhia de Aluno	Cap. QOA PM	Abreu
Sub. Cmt. Companhia	Ten. QOA PM	Marco Antônio
Monitor	Sgt. PM	N. Santos
Monitor	Sd. PM	Penha

Fonte: pesquisa de campo

São responsáveis por fazer com que as normas da escola sejam respeitadas, tendo estas normas por finalidade especificar as faltas disciplinares estabelecendo uniformidade de critério em sua aplicação e estabelecendo medidas educativas, comportamento e relacionamento entre alunos, sendo também utilizadas como instrumento a serviço da formação integral do aluno, não sendo tolerado o rigor excessivo e nem a benevolência.

A amizade e a civilidade são indispensáveis à formação e ao convívio social, sadio e harmonioso, devendo existir as melhores relações entre todos os que interagem os quadros do CMT I.

A civilidade, sendo parte primordial da educação militar, é de interesse vital para a disciplina consciente. Sendo assim, o aluno do CMT I deverá demonstrar seu total apreço não só aos seus companheiros, mas a todos os profissionais que diretamente e indiretamente são responsáveis pelo ensino e instrução do colégio.

A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente, nas informações, nas instalações internas do CMT I, bem como, no convívio social em qualquer localidade, por todos os que compõem o CMT I.

As ordens e diretrizes legais emanadas do Comando do Colégio devem ser prontamente cumpridas por todos os que lhe estão surdinados, em suas respectivas esferas de ações.

O Batalhão Escolar deve primar pela obediência às ordens legais emanadas do Comando do CMT I, sendo a disciplina consciente a sua melhor forma de expressão devendo ser fomentada entre todos os alunos.

As faltas disciplinares são todas as ações ou omissões contrárias à disciplina instituída pela escola. Todas essas condutas especificadas no quadro de relação de faltas disciplinares, e que não sejam qualificadas como crimes pelas leis penais brasileiras, que afetem a honra pessoal, e os preceitos de ética, o decoro social e outras prescrições estabelecidas nas normas do CMT I ou que violem serem consideradas faltas disciplinares. (AGENDA ESCOLAR DO ALUNO, 2020).

A competência para aplicar as medidas disciplinares é conferida ao cargo e não ao grau hierárquico, sendo competência para aplicá-las:

- ✓ Comandante e Subcomandante do CMT I: (Advertência até exclusão disciplinar); e
- ✓ Comandante do Corpo de Alunos, Subcomandante, Comandante de Companhias: (Advertência de até 5 (cinco) dias de suspensão.(AGENDA ESCOLAR DO ALUNO, 2020).

Os monitores, professores e aqueles que não possuem competência para aplicação da medida deverão participar a alteração a quem de direito. Quando, para a preservação da disciplina, a alteração exigir pronta intervenção, a autoridade militar de maior hierarquia ou antiguidade que presenciar ou tiver contemplado o fato, deverá tomar imediatas providências para impedir o prosseguimento e, na medida do possível, reparar as consequências negativas dando ciência ao Comandante do corpo de Alunos, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Do julgamento das faltas disciplinares deve ser precedido de análise e levantamento comportamental, nessa circunstância devem ser levantadas causas que justifiquem a falta que atenuar ou agrave. Assim haverá causas de justificação quando cometidas apresentadas na agenda escolar do aluno de 2020:

Quadro 4 – Medidas de justificação de faltas disciplinares

I.	Na pratica de ações meritória ou no interesse do Ensino.
II.	Em legitima defesa, própria ou de outrem.
III.	Em obediência a ordem superior.
IV.	Por motivo de força maior, plenamente comprovada.

Fonte: agenda escolar do aluno de 2020.

O aluno está submetido às normas e diretrizes da escola, tendo este o direito a ser ouvido, antes da aplicação de qualquer medida disciplinar.

O formulário para CAD (Controle de Alteração Disciplinar) será preenchido pelo monitor, constando de modo claro e objetivo a falta disciplinar ser analisada e aplicada, devendo após isso ser devolvido ao Corpo de Alunos pelo responsável legal do aluno no prazo estabelecido no próprio formulário.

Da classificação das faltas está dividida em: Leve, Média, Grave e Eliminatória. A classificação da falta disciplinar é de competência de quem aplicar a punição, respeitadas as considerações estabelecidas na relação das faltas disciplinares instituídas pelo CMT I. (AGENDA ESCOLAR DO ALUNO, 2020).

Da Graduação, conceituação e Execução de medidas disciplinares terá caráter educativo e visará à preservação da disciplina escolar, elementos básicos indispensáveis à formação integral do aluno. De acordo com a classificação resultante do julgamento da falta disciplinar a que estão sujeitos os alunos, em ordem de gravidade crescente, são as que seguem:

Quadro 5 – Ordem de gravidade das faltas disciplinares

I	Advertência (por escrito);
II	Repreensão
III	Estudo Orientado
IV	Suspensão das Atividades Escolares
V	Exclusão a bem da disciplina

Fonte: Agenda escolar do aluno, 2020.

A advertência consiste em uma medida disciplinar mais branda, sendo registrados os motivos pelo qual o aluno a cometeu, a justificativa do aluno e a

medida adotada, seguida de comunicação aos pais e/ou responsáveis através de formulário pronto que segue em anexo.

O estudo orientado é toda e qualquer atividade pedagógica realizada no âmbito do CMT I, em horário diferenciado e no contra turno das atividades escolares normais do aluno, com a finalidade de desenvolver o sentimento de responsabilidade para com as suas obrigações e com o aprendizado escolar, cabendo aos pais, depois de comunicados por formulário próprio encaminhar o aluno para o cumprimento da sanção disciplinar. (AGENDA ESCOLAR DO ALUNO, 2020).

A suspensão das atividades escolares é uma medida disciplinar que culmina com o afastamento temporário dos alunos das atividades do colégio por um período determinado e seu retorno à sala de aula somente se dá após comparecimento dos pais ou responsáveis com o respectivo formulário assinado.

Há uma Comissão Disciplinar do CMT I, onde as faltas disciplinares que forem consideradas eliminatórias estarão no rol daquelas em que o aluno será submetido a um CONSELHO DISCIPLINAR, realizado por toda a equipe militar do CMT I, sendo presidido pelo Comandante da escola.

A exclusão a bem da disciplina é um procedimento formal de comissão disciplinar do CMT I, que estabelece a exclusão total e definitiva do aluno, inclusive contendo documento de transferência com certificado e histórico escolar.

As aplicações de medidas disciplinares serão pelo Corpo de Alunos através do controle de Alteração Disciplinar (CAD) preenchido pelos Monitores e devidamente assinados pelo Comandante do Corpo de Alunos.

O controle de Alteração Disciplinar deverá conter uma descrição sumária, clara e precisa dos fatos e circunstâncias que configuram a falta disciplinar, isenta de comentários deprimentes ou ofensivos, relacionando as transgressões prescritas na relação das faltas disciplinares, assinatura do aluno, dos pais ou responsáveis e a medida aplicada. (AGENDA ESCOLAR DO ALUNO, 2020).

A retirada do aluno de sala de aula deve ocorrer somente quando o comportamento do mesmo impedir o andamento normal da aula, devendo o instrutor, professor e/ou monitor encaminhar o aluno a monitoria através do chefe de turma (xerife) ou seu substituto para informar o motivo da retirada.

8.2 Primeira seção (P/1)

O P/1 tem como principal finalidade gerenciar os assuntos relativos aos recursos humanos, indo desde o recebimento, arquivamento e protocolo de documentos, passando pelo gerenciamento das fichas individuais de alteração de cada policial lotado na Unidade, bem como confecção de mapas de força, envio de ofícios, elaboração de escalas de serviço, confecção de boletins internos, controle de sindicâncias e inquéritos policiais militares. Responsável por essa seção é o 1º Ten QOAPM **Dilmar** Sousa Araújo.

8.3 Terceira seção (P/3)

O P/3 é o setor responsável pelas estatísticas da Unidade, bem como pelas instruções sob chefia então 1º Ten. QOAPM **Dilmar** Sousa Araújo, dentre as atividades mais comuns nesta seção destaca-se: recebimento de boletins de diversas naturezas, coleta de informações sobre as Escolas Militares, a elaboração e levantamento de Ordens relacionadas institucional da escola.

8.4 Quarta seção (P/4)

O P/4 é a seção responsável pelo levantamento e gerenciamento logístico da Escola compreendendo o controle de todo material carga da Escola, desde seu recebimento até a sua inutilização pela mesma, como chefe o Cap. QOAPM José Engrácio **Lima** da Silva.

Os cadetes tomaram conhecimento dos principais documentos da seção e suas finalidades, tanto da elaboração de relatório com atualização de notas de abastecimento das viaturas da Escola, conhecimento acerca do processo administrativo referente à aquisição, recebimento, incorporação e desvinculação de materiais da carga da Escola até a aquisição da compra de merenda escolar.

9 CONCLUSÃO

Educação é uma fonte das mais diversas possibilidades que auxilia na formulação de ideias e ações vitais da formação de uma sociedade mais justa e igualitária em diversos aspectos. Neste contexto, cabe aos colégios diante das diversidades de estudantes que todos os anos que se matriculam formar seus aprendizes para um futuro promissor, além de fomentar a função dos educadores e das demais instâncias em exerce real importância para que a educação possa fortalecer o processo do ensino e da aprendizagem.

A função social da educação atual também deve ser levada em consideração, isto é, precisamos questionar: atualmente quem é o “novo” aprendiz a ser formado? Sabe-se que a educação desempenha um papel de extrema importância nas mais diversas funções numa determinada sociedade e que, ao longo da história, podendo caracterizá-la a partir de sua função social.

Contudo, são ainda recentes os estudos sobre os colégios militares no Brasil, sua natureza, impressões e desempenho dos seus alunos chamam atenção de pesquisadores tal como foi provocado e conforme pode ser observado ao longo de todo este estudo na aprendizagem escolar do Colégio Militar Tiradentes I na cidade de São Luís do Maranhão que implicou em diálogo entre as estratégias de aprendizagem desenvolvidas com os seus alunos e a construção de conhecimentos atualizados a partir de toda a demanda teórica estudada e absorvida pelos atores do processo desta educação.

A intenção de fazer este estudo partindo da própria realidade tem um grande valor, principalmente por se tratar de uma iniciativa científica montada para discutir as ações desenvolvidas em todos os setores do colégio o que só contribuiu para se desmitificar a educação implementada neste colégio.

Nesse sentido, muito se observou a respeito do papel da educação informal e formal para a formação dos estudantes e, os resultados serviram para identificar alguns pontos relevantes, facilmente compreendidos por meio do estágio realizado in loco pelo pesquisador.

Atualmente, é possível se perceber que o maior desafio posto à escola é conviver, de um lado, com uma cultura militar onde a disciplina e os valores são desenvolvidos de forma sistemática e direta nos comportamentos dos alunos e a outra é a formação trazida de casa através da convivência com seus familiares.

A formação do Colégio Militar Tiradentes I traz em sua missão uma natureza tecnológica, permitindo a interação e a formação de uma rede de desenvolvimentos de práticas que não é apenas transmitir conhecimentos, novas verdades, mas permitir aos estudantes registrar e construir a diversidade de seus saberes a qualquer comunidade humana.

Outro aspecto importante sobre as impressões dos que participam desta unidade de ensino é que todos se encontram satisfeito pelo trabalho que executam com algumas ressalvas no que tange a manutenção e ampliação de determinados projetos.

Em geral, nos ambientes dinâmicos das experiências pedagógicas mediadas por dispositivos robóticos podemos observar que a aprendizagem é motivada e divertida. Atendendo aos princípios das propostas construtivistas e construcionistas.

Também foi observado *in loco*, através do estágio, que a autonomia e responsabilidade pela aprendizagem são estimuladas pelos professores através da criatividade e da reflexão tanto nas concepções de cada atividade como na criação e desenvolvimento de cada projeto.

Por parte da direção, bem como todo setor pedagógico e colaboradores dentro da escola, percebemos que o planejamento estratégico é à base da aprendizagem, onde habilidades de gestão do conhecimento, de projetos e de pessoal estão sempre em exercício.

A aprendizagem sociointeracionista desenvolvida no colégio vem proporcionando interação, cooperação e aprendizagem coletiva, desenvolvendo assim a consideração e o respeito ao outro.

Diversos pontos positivos foram observados e citados nesta pesquisa, mas existem também pontos negativos a se observar, como: a falta de um profissional, psicólogo que atenda permanentemente nos dias de aula na escola; o efetivo reduzido do quadro de Oficiais QOPM, pois há uma grade demanda de atividades administrativas voltadas para área do ensino; o pouco tempo disponível que os profissionais da monitoria têm para treinamento dos alunos novatos; e a falta de uma sinalização vertical e horizontal na frente da escola, para controle do trânsito. São melhorias que podem ser operacionalizadas e administradas para ainda melhorar o processo de ensino e da aprendizagem.

Contudo, é notório o desempenho dos alunos em olimpíadas, amostras científicas nacionais e internacionais, concursos de redação e frases, FEMATE, projetos pedagógicos e vestibulares com aprovação nos mais diversos cursos superiores.

Portando o educando é um ser contextualizado no seu tempo e em seu espaço social e histórico, real e virtual, em que a variedade e quantidade de informações devem ser apresentadas nos mais diversos formatos, e o Colégio Militar Tiradentes I colaborou para que a capacitação de incentivar a interdependência formasse uma comunidade de aprendizagem aberta à sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **História constitucional do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 11 out. 2019.

BRASIL. **Constituição política do império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CAMBI, Franco. **Historia da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

COELHO, Luana; PISONI, Silene. **Vygotsky**: sua teoria e a influencia na educação. Revista e-Ped. São Paulo, v. 2, ago. 2012.

FONTANA, Roseli Cruz Nazaré. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

GOKHALE, S.D: A família desaparecerá? **Revista Debates Sociais**, Rio de Janeiro, n. 30, ano 16, 1980.

JOAQUIM, Nelson. **Direito Educacional Brasileiro**: história, teoria e prática. Rio de janeiro: Livre Expressão, 2009.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA, Luciano Mendes Filho; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Historia da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATTOS, L. Alves. **Primórdios da Educação no Brasil**: o período heroico (1549-1570). Rio de Janeiro: Gráfica Aurora, 1970.

OLIVEIRA, de Moraes Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, R. M. R; SOUZA, S. J. **Infância, conhecimento e contemporaneidade**. [s.l.:s.n.], 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação Brasileira**: organização escolar. 17 rev. E ampli. Campinas (SP): Autores Associado, 2011.

SZYMANSKI, Heloísa. **A relação família & escola**: desafios e perspectivas. 3. ed. Brasília: Ed. Pano, 2003.

SINGH, Simon. **O último teorema de Fermat**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1996.

ANEXOS

ANEXO A – Portão de entrada do Colégio Militar Tiradentes I.



ANEXO B – Sala de aula



ANEXO C – Espaço Maker - Robótica



ANEXO D – Biblioteca



ANEXO E – Quadra coberta para a prática de esportes



ANEXO F – Quadro de troféus conquistados



ANEXO G – Auditório para palestras



ANEXO H – Folder de orientações para os alunos.

BÁSQUETE	
Profº Gabriel ESCOLINHA/SELEÇÃO INFANTIL MASC E FEM – quarta (16:05h às 16:50h); sexta (16:50h às 17:35h) INFANTO MASC E FEM – quinta, (07:30h às 09:00h); Sexta (11:35h às 12:20h) Local: Colégio Militar Tiradentes (Quadra I)	
FUTSAL	
Profº Moraes / Gabriel – SELEÇÃO INFANTIL MASC E FEM – quinta (13:20h às 15:00h); Sábado, (14:30h às 15:30h); INFANTO MASC E FEM – quinta, (09:00h às 11:00h); Sexta, (19:30h às 21:00h); Sábado, (15:30h às 16:30h); Local: Colégio Militar Tiradentes (Quadra I) ESCOLINHA – Terça (13:20h às 14:05h) Local: Colégio Militar Tiradentes (Quadra I)	
Devolver este cartão à Coordenação de esporte para efeito de matrícula.	
Nome do Aluno (*)	
Data/Nasc	RG
Série/Ano	Turma
Altura	Peso
Telefone	
Assinatura do Responsável	
Coordenação de Educação Física e Esporte Jackson de Jesus Pacheco Pinto (98) 98909-4430	

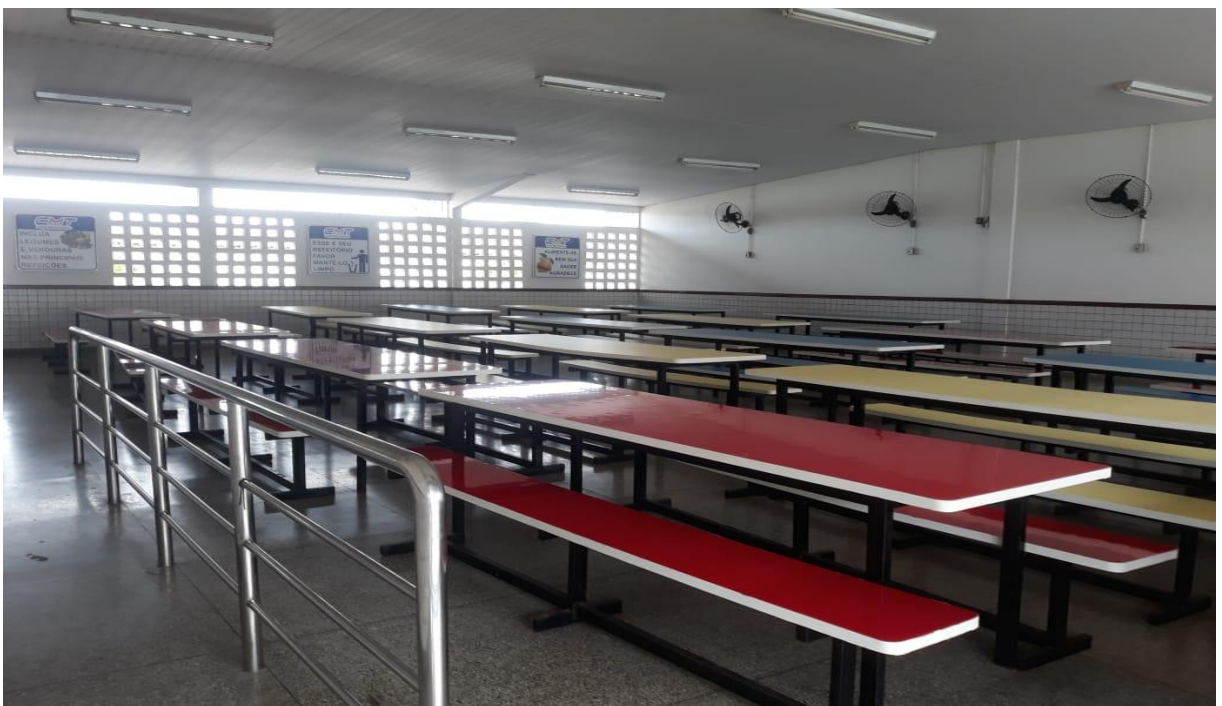
Colégio Militar Tiradentes "Educando para a vida"	
CMT Colégio Militar Tiradentes	
Rua do Arame S/N – Vila Palmeira – Fone: 3302 - 1413 Cep – 65045-070 – São Luís – MA Site: www.colegiomilitartiradentes.com.br E-mail: colegiomilitar.pmma@hotmail.com	

ORIENTAÇÕES ESPORTE	
2020	

ANEXO I - Laboratório



ANEXO J – Refeitório



Silva, Saladiel de Almeida.

A FORMAÇÃO NO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES EM SÃO LUIS-MA: natureza, impressões e desempenho dos estudantes/ Saladiel de Almeida Silva. – São Luís, 2020.

66f.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Nogueira Gomes

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais da PMMA, Universidade Estadual do Maranhão. 2020.

1. Educação. 2. Colégio Militar. 3 Escola. 4. Ensino. I. Título.

CDU:000.000-000